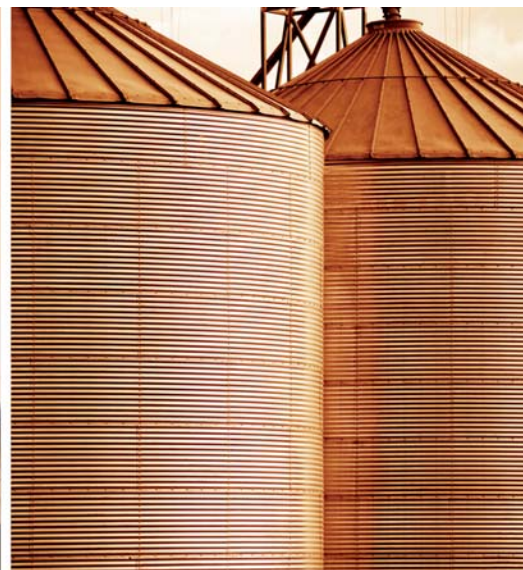


# FACTO

## ABIFINA

ANO II • MAI/JUN • 2008 • Nº 13

Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades



**COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE**  
*Eduardo Costa comenta recentes decisões adotadas pelo  
Governo Federal na área de compras públicas*

## **Crise dos Alimentos**

**Lendas e jogos de interesses mascararam  
uma realidade que precisa ser encarada**



FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

# PROPRIEDADE INTELECTUAL

*Componente Obrigatório*

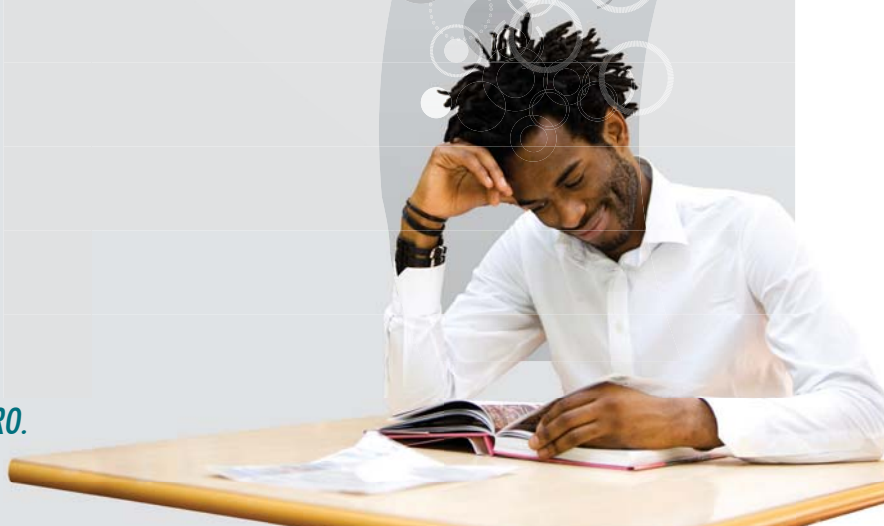
A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, exerce permanente vigilância em relação à legislação de patentes. Criou o Centro de Informação para Inovação, justamente para gerar e compartilhar conhecimento sobre propriedade intelectual nas atividades de química e farmacêutica. Tudo porque a ABIFINA sabe que o sistema de propriedade industrial é um importante instrumento de apoio à industrialização do país, através do incentivo à introdução de novos produtos no mercado nacional, capazes de atender as necessidades da nossa população. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site [www.abifina.org.br](http://www.abifina.org.br)

SOBERANIA É CRIAR.



## ABIFINA

*FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.*



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •  
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos

# FACTO ABIFINA

## Corpo Dirigente

### Conselho Administrativo

Presidente: Luiz Claudio Barone  
 1º Vice-Presidente: Nelson Brasil de Oliveira  
 Vice-Presidente de Estudos e Planejamento:  
 Marcos Henrique de Castro Oliveira  
 Vice-Presidente: Luiz Guedes  
 Vice-Presidente: Dante Alario Junior  
 Vice-Presidente: Marcos Lobo  
 Vice-Presidente: Alberto Mansur  
 Diretor de Comércio Exterior: Josimar Henrique da Silva  
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva  
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:  
 Nicolau Pires Lages  
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:  
 Arnaldo Massariol  
 Conselheiro Geral: Ogari de Castro Pacheco  
 Conselheiro Geral: Eduardo Costa  
 Conselheiro Geral: Lelio Augusto Maçaira  
 Conselheiro Geral: Telma Salles

### Conselheiros Beneméritos

Marcos Lobo (Agripec Química e Farmacêutica S/A)  
 Dante Alario Junior (Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.)  
 Fernando de Castro Marques (União Química Farmacêutica  
 Nacional S/A.)  
 Isaac Plachta (IQT Indústrias Químicas Taubaté S/A.)  
 Luiz Barone (Milenia Agrociências S/A.)  
 João Benjamim Parolin (Oxiten S/A Indústria e  
 Comércio)  
 Virgílio Vicino (Agricur Defensivos Agrícolas Ltda.)

### Conselho Consultivo

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira  
 Antônio Salustiano Machado  
 Isaac Plachta  
 Fernando de Castro Marques  
 Alcebiades de Mendonça Athayde  
 Kurt Politzer  
 Fernando Sandroni  
 José Alberto de Senna  
 Jean Peter  
 Manoel Zauberger

## Expediente

Coordenação Geral:  
 Claudia Craveiro • editoriafacto@abifina.org.br  
 Reportagens (Capa, Tendências e ABIFINA  
 Comenta): Inês Accioly  
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação  
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br  
 Jornalista responsável: Karla Mourão

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades  
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 • Centro  
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ  
**Novos números da Central Telefônica:**  
**Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413**  
 www.abifina.org.br

Em entrevista, Guilherme Dias aponta a falta de uma coordenação internacional e o programa de etanol dos EUA como dois fatores importantes da crise de alimentos.



Do exemplo de Farmanguinhos, fazendo do Estado promotor da indústria de fármacos no país, vira lei através de portaria interministerial assinada durante evento no BNDES.

alimentos  
**BRASIL**  
 estoque  
 preços

Uma análise da atual crise de alimentos e o papel do Brasil frente a este cenário, no editorial.

EDITORIAL	04
TENDÊNCIAS	06
ENTREVISTA	12
DESTAQUE	18
ABIFINA EM AÇÃO	21
BIODIVERSIDADE	26
OPINIÃO	30
PAINEL DO ASSOCIADO	34
SAIU NA IMPRENSA	37

**FACTO ABIFINA**  
 ANO 12 • MAI/JUN 2008 • Nº 113  
 Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE  
 Eduardo Costa comenta recente decisão adotada pelo  
 Governo Federal na área de empresas públicas

**Crise dos Alimentos**  
 Lendas e jogos de interesses mascararam  
 uma realidade que precisa ser encarada

Publicação da:

**ABIFINA**

Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina,  
 Biotecnologia e suas Especialidades

## Crise dos alimentos: papel da agricultura

É necessário, neste momento, em que o mundo enfrenta um sério problema de alta persistente nos preços dos produtos agrícolas, compreender o efetivo papel que o Brasil pode desempenhar neste contexto.

Diferentes analistas têm explicado esse crescimento de preços pelo forte aumento da demanda por produtos agrícolas associado a alguns choques de oferta em determinados países, com conseqüências sobre os estoques.

Outra vertente reconhece que a humanidade está comendo mais e melhor há alguns anos, porém que a entrada de milhões de consumidores no mercado não produziu alta de preços. Jamais a taxa de crescimento do consumo de alimentos superou o crescimento da oferta de alimentos. O grande salto nos preços ocorreu quando o Congresso americano aprovou em 2005 a Lei de Bionergia, cujo ambicioso programa prevê, num prazo muito curto, até 2012, produzir 28 bilhões de litros de etanol de milho.

No ano de 2007, o uso de milho para etanol nos Estados Unidos foi de 81 milhões de toneladas, que não vieram do aumento da produção, mas dos estoques. Para se entender o significado daquele número o Brasil prevê para a safra 2007/8 a produção de 53,4 milhões de toneladas de milho.

Com a disparada dos preços do milho a área dessa cultura, naquele país, au-



Luiz Barone, presidente da ABIFINA

mentou com reflexos na redução da área plantada de soja e algodão. Como decorrência os preços da soja e do milho sofreram grandes variações em suas cotações, em tonelada. A primeira estava custando US\$ 223 em 2005, passou para US\$ 316, em 2007 e a projeção para 2008 é de US\$ 479. A segunda saltou de US\$ 82, em 2006 para US\$ 212, em 2008.

O trigo, que na Europa é álcool, passou de US\$ 117, em 2005 para expectativas, em 2008, da ordem de US\$ 389. A canola e o girassol apresentam o mesmo comportamento no mercado internacional.

Obviamente que esse quadro é preocupante em razão de seus efeitos sobre os países e populações mais pobres, principalmente quando associado ao grave aumento do preço do petróleo. No entanto, não é possível desconhecer seu significado como oportunidade para a agricultura do país, com impactos em toda a cadeia produtiva.

Por outro lado é necessário ressaltar que nesse ambiente é perigoso que o Brasil assumira uma postura política na questão da oferta de alimentos, considerando que sua capacidade relativa de participar do mercado mundial é pequena e nossa agricultura não determina preços no mercado internacional. Deve ser lembrado que nos países ricos o custo dos alimentos é muito marginal em termos de renda, tornando inócuas propostas que impliquem redução dos programas de biodiesel sustentados em grãos e de subsídios que distorcem as regras de mercado. Outros serão os caminhos a serem trilhados.

A oportunidade que agora se revela deve ser aproveitada na adoção de medidas de curto e médio prazos cujos efeitos tenham por objeto aumentar a produtividade do setor e a eficiência da cadeia

***A oportunidade que agora se revela deve ser aproveitada na adoção de medidas de curto e médio prazos cujos efeitos tenham por objeto aumentar a produtividade do setor e a eficiência da cadeia produtiva antes e depois da porteira, com impactos diretos sobre a renda e a competitividade dos produtores.***

produtiva antes e depois da porteira, com impactos diretos sobre a renda e a competitividade dos produtores.

É necessário lembrar que o desenvolvimento da agricultura brasileira nas últimas décadas esteve fortemente relacionado aos ganhos de produtividade num contexto de fortes mudanças no ambiente institucional. Entre eles a abertura comercial, o Tratado de Assunção, a valorização do real frente ao dólar, particularmente após a adoção do câmbio flutuante, e as mudanças no sistema nacional de crédito rural tiveram fortes impactos no setor e obrigaram aos produtores que permaneceram na atividade a investir em tecnologia e escala de produção. Estudos realizados deixam evidentes que durante um longo período, 1975 a 2002, por exemplo, o índice de produtos cresceu 160,66% enquanto o índice de insumos aumentou 21,22%, demonstrando o relevante trabalho feito pelos agricultores dentro da porteira.

Quanto ao papel da produção interna de alimentos, frente à crise que se estabeleceu no cenário internacional, é necessário lembrar que as políticas para produtos *non-tradables* e *tradables* devem ser tratadas considerando suas especificidades relacionadas à balança comercial e à inflação.

Do mesmo modo, questões próprias às diferenças regionais devem incluir propostas de políticas públicas que levem em consideração a necessidade de alocação de recursos frente ao potencial de resultado esperado. Para determinadas áreas de produção o problema dos meios de transporte é crítico e fator que poderá determinar a viabilidade das atividades agrícolas ali desenvolvidas. Investimentos que privilegiem soluções de transportes intermodais deveriam ser realizados com absoluta prioridade, pois os gargalos existentes nesse segmento da atividade econômica têm se constituído em elevados custos que impõem severas perdas aos agricultores.

Outro item relevante do componente estrutural está relacionado à disponibilidade de capacidade de armazenagem diretamente vinculada ao agricultor. Esse elemento da cadeia de negócio agrícola

***Nesse ambiente de forte pressão sobre os alimentos e a concorrência dos alimentos com os programas de biodiesel, será fundamental assegurar recursos regulares e suficientes para que os sistemas de pesquisa agropecuária e de extensão rural possam contribuir para que os ganhos de produção estejam fortemente sustentados na produtividade dos fatores.***

tem sido um importante fator restritivo à manutenção de estoques em mãos de quem produz com conseqüências diretas sobre sua capacidade de negociação pela impossibilidade de definir a melhor época de venda de seu produto.

A questão recorrente do crédito agrícola é outro dos vetores que impõe restrições à atividade, seja pelo lado de aumento da oferta quanto na própria manutenção do agricultor na atividade. Deixar a cargo do mercado essa tarefa de conceder o crédito deveria ser revisto inclusive mudando a lógica fiscal pela lógica setorial.

Outro ponto que assumiu proporções muito importantes para o aumento da oferta de alimentos diz respeito aos fertilizantes. Em determinadas regiões produtoras, particularmente nos cerrados, o peso desse insumo nos custos variáveis pode atingir níveis insuportáveis e comprometer a rentabilidade do produtor. Somente em 2008, até o mês de abril, seus preços cresceram 40%, de acordo com o Índice de Preços por Atacado (IPA). Aumentar a produção de nitrogênio, fósforo e potássio deve fazer parte de uma ação estratégica por parte do governo, sabendo de antemão que seus resultados demorarão a aparecer.

Nesse ambiente de forte pressão sobre os alimentos e a concorrência dos alimentos com os programas de biodiesel, será fundamental assegurar recursos regulares e suficientes para que os sistemas de pesquisa agropecuária e de extensão rural possam contribuir para que os ganhos de

produção estejam fortemente sustentados na produtividade dos fatores, beneficiando indistintamente todos os segmentos de produtores, com o menor impacto possível sobre o bioma. A condição de financiamento da pesquisa tem que ser assumida com alto grau de prioridade garantindo que as dotações orçamentárias sejam garantidas por longos períodos e sua liberação obedeça a um calendário coerente com as necessidades da atividade e sem contingenciamentos.

O papel que o agronegócio desempenha na economia brasileira tem apresentado várias facetas positivas e sistematicamente homenageadas. O reconhecimento é um importante passo, mas o fundamental é que ela se traduza no estabelecimento de prioridades que assegurem ao produtor a menor variabilidade de sua renda e a manutenção de sua competitividade em um mercado globalizado composto de forte protecionismo que impõe injustas condições de oferta e demanda.

Somente através de políticas públicas consistentes e de longo prazo poderá de fato o país determinar o papel que irá exercer no novo cenário mundial que se impõe com a crise dos alimentos. Participar nos fóruns internacionais protestando a respeito das práticas deletérias praticadas contra nossos agricultores é obrigação do governo, mas não basta, é necessário que essa indignação redunde em ações efetivas internamente senão estaremos condenados a assistir a passagem de mais uma oportunidade.

# Agroindústria: chegou a vez do Brasil

Há três décadas o Brasil era chamado de “país do futuro”, mas esta promessa não se concretizou. Nos anos 80 ficamos enredados em dívida externa e inflação galopante. Nos 90 cedemos às pressões comerciais do primeiro mundo e jogamos fora boa parte dos resultados do esforço de industrialização do país. Agora, com a crise das *commodities* agrícolas, temos novamente uma oportunidade de ouro: a de nos tornarmos líderes mundiais em dois grandes mercados – alimentos e biocombustíveis – nos quais somos mais competitivos do que qualquer país desenvolvido. Mas os desafios são imensos. Se não tivermos competência para superá-los, continuaremos sendo apenas um país de futuro. E então, quem sabe um dia...

## A caça aos culpados

No mês de março, pipocaram na imprensa mundial notícias sobre o aumento do preço do arroz e, em decorrência disso, a ameaça de distúrbios sociais na Ásia. Embora esse produto não seja considerado uma *commodity* agrícola importante – a maioria dos países consumidores de arroz é auto-suficiente ou quase na sua produção e, segundo a ONU, apenas 7% da produção mundial é exportada a cada ano – o fato causou grande inquietação e foi rapidamente seguido por uma revelação alarmante: a disparada do preço dos alimentos em geral e a ameaça de fome no mundo. Nos últimos dois anos os preços dos alimentos subiram 60% em dólar e os países pobres não terão como suportar, com recursos próprios, os novos patamares.

O sinal de alarme reatualizou o tema de a segurança alimentar e diversos governos de países produtores reagiram lançando mão de medidas regulatórias para garantir seus estoques. A Argentina impôs tarifa sobre suas exportações de soja e a Índia, China, Tailândia, Egito, Vietnã e Camboja restringiram suas exportações de arroz. Essas medidas assustaram países dependentes da importação de alimentos, como Japão e Suíça, que chegaram a propor à OMC, sem sucesso, a imposição de limites a tais restrições.

Uma vez definido o cenário de crise, as organizações políticas e econômicas internacionais sediadas no primeiro

mundo procederam à caça aos culpados e rapidamente encontraram um: o etanol, que estaria subtraindo da agricultura áreas destinadas à produção de alimentos. O relator da ONU para o Direito à Alimentação Jean Ziegler, não por acaso um suíço, declarou à imprensa que o avanço do etanol é um “crime contra a humanidade”. Os alvos imediatos dessas acusações seriam, em tese, os dois maiores exportadores mundiais de alimentos e também os maiores produtores de etanol: os Estados Unidos, que vêm concedendo massivos subsídios à produção de etanol de milho, e o Brasil, que há três décadas produz etanol de cana-de-açúcar e vem exportando o produto em ritmo crescente. Os EUA, como se sabe, não se curvam diante de pressões internacionais e fazem o que bem entendem em sua economia. Restou então, na linha de tiro, o Brasil.

Tentando parecer imparcial, o FMI generalizou o problema em torno dos biocombustíveis, declarando dramaticamente que o avanço desses programas no mundo seria “um problema moral”. Nesse momento, o teatro da exploração emocional do fantasma da fome estava montado: o ministro da Agricultura da França, país com agressiva política de subsídios agrícolas e pouco competitivo em biocombustíveis, declarou que “deve haver um reconhecimento global de que a prioridade deve ser a produção de alimentos”, reforçou as acusações ao etanol e chegou a propor a criação de um selo para garantir que o etanol vendido na Europa

não fosse produzido em áreas destinadas à produção de alimentos. A proposta foi rejeitada com base no fato de que apenas 2% da produção de cereais na Europa são direcionados para o etanol.

Se o primeiro mundo, que controla o FMI e a imprensa internacional, estivesse à frente da produção mundial de biocombustíveis, não teria havido tal estardalhaço. O fato é que, no afã de encontrar um bode expiatório para a crise dos alimentos, cada um dos países desenvolvidos manipulou o noticiário segundo seus próprios interesses. Os europeus com setor agrícola forte, como França e Espanha, passaram a usar o problema de a segurança alimentar como pretexto para defender a ampliação dos subsídios concedidos pela União Européia à agricultura. Já os países com menor vocação agrícola, como Inglaterra e Suécia, que teriam mais a perder do que a ganhar com medidas desse tipo, passaram a defender a liberalização das importações de *commodities* agrícolas pelo continente.

Os Estados Unidos, por sua vez, mantêm a confortável postura de não reagir aos ataques da Europa contra os programas de etanol. Se suas decisões sobre subsídios ignoram até mesmo deliberações da OMC e dispositivos de acordos internacionais, não seria a União Européia que teria o poder de mudá-las. Além disso, como o etanol norte-americano é muito menos competitivo do que o brasileiro, qualquer ofensiva que incomodasse o concorrente seria interessante para os

EUA. Como era de se esperar, a corda reventou do lado mais fraco e o Brasil foi apresentado como o grande vilão da crise dos alimentos.

### Reação em cadeia

Em boa hora, o recém-criado Parlamento do Mercosul se pronunciou e o presidente da representação brasileira, senador Aloizio Mercadante, reagindo à proposta europeia de suspensão dos programas de biocombustíveis, sentenciou: “a moratória que se precisa fazer é a dos subsídios abusivos da União Europeia e os Estados Unidos, que impedem a competitividade, a produção, a agricultura de subsistência e familiar na África, na América Latina, nas regiões mais pobres do planeta”. Em entrevista ao jornal O Globo o diretor da OMC, Pascal Lamy, confirmou esse diagnóstico afirmando que a solução para a alta dos preços dos alimentos passa pela abertura do comércio – leia-se, redução dos subsídios agrícolas no primeiro mundo.

No caso dos biocombustíveis, o que vale para os Estados Unidos não vale para o Brasil. Se o subsídio ao etanol de milho norte-americano pode efetivamente ter constituído uma das causas da crise das commodities, pelo fato de o milho ter avançado sobre outras culturas de grãos comestíveis num país que já não tem para onde expandir suas fronteiras agrícolas, o mesmo não se pode dizer do Brasil, que ainda dispõe fartamente de terras agriculturáveis e de potencial para aumentar a produtividade da sua agropecuária. No intuito de manter o governo brasileiro acuado e impedir o país de aproveitar a rara oportunidade que se lhe apresenta, o primeiro mundo mobilizou até suas ONGs ambientalistas para alardear na imprensa internacional que o avanço do etanol brasileiro estaria agravando a devastação da Amazônia.

Os números e os fatos comprovam, entretanto, que toda a argumentação contra o etanol não passa de mais uma ficção da mídia. Segundo o professor do Instituto de Física da USP José Goldenberg, somando-se as áreas plantadas com cana-de-açúcar no Brasil e com milho nos Estados Unidos para a produção de biocombustíveis, principalmente etanol, te-

mos um total de 10 milhões de hectares, o que representa menos de 1% das áreas agriculturáveis de todo o mundo utilizadas para outras finalidades. Estas totalizam 1,4 bilhão de hectares. “Basta fazer as contas para se chegar à conclusão de que não é possível uma perturbação de 1% ser capaz de causar o problema da crise de alimentos.”

O problema do custo é especulativo, sublinha Goldenberg. “No que se refere ao etanol em particular, o custo de produção nos Estados Unidos é o dobro do custo no Brasil. E na Europa, que produz etanol a partir da beterraba ou do trigo, o custo é três vezes o do Brasil. Então, eu acredito que parte da campanha contra o etanol é das indústrias da Europa e dos Estados Unidos que não desejam ver o Brasil produzindo, porque evidentemente se penetrarmos no mercado europeu ou norte-americano vamos quebrar essas empresas. No mundo globalizado é assim mesmo.”

A Europa adotou a regra de misturar 10% de biocombustíveis à gasolina até o ano 2010. Há um mandato nesse sentido aprovado pelo Parlamento europeu, que ainda precisa ser ratificado por cada país.

produção de alimentos. A provável necessidade de importações substanciais de etanol pelos EUA abre uma oportunidade excelente para o Brasil.

“Se as barreiras alfandegárias forem removidas o Brasil será o grande supridor de etanol dos EUA, quintuplicando a produção atual sem sacrifício de áreas de produção de alimentos”, garante Goldenberg. Outro fator que, em sua opinião, contribui para elevar comparativamente a competitividade do etanol brasileiro é a alta do preço do petróleo, que vai aumentar ainda mais o custo da produção do etanol norte-americano, “porque lá se usa muito combustível fóssil na cadeia de produção. O programa brasileiro será menos afetado, porque aqui o bagaço da cana é a fonte de energia usada nas destilarias”.

Na opinião do consultor Alexandre Mendonça de Barros, sócio da MB Associados, o Brasil precisa atuar com firmeza para neutralizar a armadilha política em que o primeiro mundo o quer aprisionar. “O biocombustível é realmente um vilão no cenário norte-americano, mas a produção no Brasil não significa nada em termos de restrição à produção de ali-

“Parte da campanha contra o etanol é das indústrias da Europa e dos Estados Unidos que não desejam ver o Brasil produzindo, porque se penetrarmos no mercado europeu ou norte-americano vamos quebrar essas empresas. No mundo globalizado é assim mesmo”

*José Goldenberg*

Nos Estados Unidos, uma lei aprovada pelo Congresso prevê a adição de 20% de etanol à gasolina até 2022. “Isto significa que em 2022 o mundo terá que estar produzindo aproximadamente cinco vezes mais etanol do que hoje”, frisa Goldenberg. “Penso que os Estados Unidos terão sérias dificuldades para cumprir essa meta com produção local e, portanto, terão que importar.” Afinal, só no ano passado a cultura do milho para etanol nos EUA expandiu-se em 5 milhões de hectares de terras e, com a crise, haverá pressão para se refrear essa tendência em benefício da

mentos. É muito importante que nós brasileiros nos posicionemos nesse sentido, porque estão querendo pôr tudo dentro do mesmo saco. Do ponto de vista ambiental, é corretíssimo o biocombustível substituir a gasolina. O Brasil, com um pouco mais de área cultivada, conseguiria converter quase que exclusivamente para o álcool o consumo interno de combustíveis automotivos no país, o que seria algo fantástico.”

O diretor do Instituto de Estudos do Agrobusiness, Luiz Antonio Pinazza, também entende que a crise dos alimentos

tem como um dos fatores o programa de etanol dos EUA. “Na Europa o biocombustível ainda ocupa um espaço muito pequeno, mas nos Estados Unidos ele já é significativo. Lá, em função do programa de subsídio ao etanol, nada menos que um terço da safra de milho, que é de 330 milhões de toneladas anuais, estará sendo canalizada este ano para a produção de combustível. Então, de fato houve uma redução significativa da área de plantio destinada a alimentos por conta do programa de etanol dos Estados Unidos. Isto porque o espaço de plantio do milho aumentou e avançou sobre áreas onde se plantava soja, algodão e arroz. Já na Europa, boa parte do biocombustível tem sido obtida da colza, que é uma oleaginosa da família da canola porém muito mais ácida, razão pela qual não serve nem para ração de animais”.

### Balança desequilibrada

O fato é que a crise dos preços dos alimentos não parece ser um evento passageiro e, após o período inicial de história contra o etanol, analistas econômicos e políticos puderam refletir com maior isenção sobre suas verdadeiras causas. E constataram a existência de uma multiplicidade de fatores concorrendo para o desequilíbrio entre oferta e demanda de alimentos no mundo. Segundo Alexandre Mendonça de Barros, entre os elementos de demanda envolvidos nesse fenômeno “o primeiro é o crescimento populacional, que é um movimento lento e progressivo. O segundo, que ganhou muita relevância nos últimos anos, é o crescimento da renda especialmente na Ásia - um pedaço do mundo subdesenvolvido que tem padrão de nutrição muito baixo e que passou a crescer a taxas absurdas (10% ao ano ou mais), como é o caso da China e da Índia, onde se concentra o grosso da população mundial”.

Segundo o consultor, já se sabia que o crescimento dos países emergentes asiáticos iria mudar o padrão de demanda do mundo inteiro, mas a implementação do programa de subsídio ao etanol dos EUA acelerou o processo. “Não se trata de um problema brasileiro, muito menos da cana-de-açúcar, mas claramente provém

“Como o real está se valorizando e como a logística no Brasil é ruim, os custos de produção subiram muito e as margens para os produtores brasileiros não são tão convidativas como deveriam, considerando-se que os preços mundiais atingiram seu recorde histórico”

*Alexandre Mendonça de Barros*

do programa norte-americano de etanol, dada a importância da produção de milho dos Estados Unidos, que representa cerca de 40% da produção mundial. De repente os norte-americanos começaram a esmagar um volume considerável de milho para produção de etanol, e não há a menor dúvida de que isto afetou os preços dos grãos. Eles diminuíram a área de soja e de algodão, e os preços subiram. Esta foi uma mudança súbita. O etanol de milho já existia há muitos anos, mas essa aceleração foi muito forte”.

O aumento da demanda e a queda dos estoques produziram uma conjuntura de escassez relativa, explica Mendonça de Barros. “O tema de segurança alimentar, que a ONU vinha desencorajando em passado recente, com base na globalização dos mercados agrícolas, volta à moda. Já a ocorrência de pequenas quebra de safra no mundo - na Austrália, Canadá e Europa - que a grande imprensa incluiu entre os fatores determinantes da crise, é um fato normal. O mundo inteiro produz trigo e em algum lugar sempre há quebra. O que vale ser destacado é que estamos hoje com os preços mais altos da história sem ter nenhuma grande quebra de safra nos últimos cinco anos nem nos Estados Unidos nem na China, que são as duas maiores economias agrícolas do mundo”.

Esse componente adicional de demanda - a expectativa da escassez provocando uma corrida de reposição de estoques - surgiu muito recentemente e, segundo Pinazza, “forma uma equação complicada, que gera pressões psicológicas para o futuro. É este cenário que responde pela especulação de curto prazo”. Essa avaliação é respaldada no fato de não ter sido uma demanda real que fez soar o primeiro sinal de alarme. “Foi o problema do arroz

que chamou a atenção do mundo, embora não tenha havido nenhuma grande quebra de safra de arroz e as exportações líquidas de arroz não ultrapassem 6% da produção”, esclarece Mendonça de Barros. “Mas como a Tailândia bloqueou a saída de uma parte das suas exportações, começa a faltar o produto nos países que importam e se paga qualquer preço para fechar a oferta doméstica”. Ele lembra que os Estados Unidos, a China e a Europa sempre tiveram estoques muito grandes, que em caso de uma catástrofe climática poderiam sustentar o mundo, mas isto agora acabou, gerando, efetivamente, um risco enorme. “Como os estoques estão muito reduzidos, o mundo começou a enxergar que a segurança alimentar de vários países está sob risco.”

### “Financeirização” das commodities

O desequilíbrio entre oferta e demanda de commodities agrícolas fornece explicações, certamente, para a crise atual do preço dos alimentos, mas apenas num nível superficial. Há também componentes macroeconômicos em jogo, lembra Mendonça de Barros, como a crise financeira dos Estados Unidos. “O dólar perdeu valor, e como as commodities são cotadas em dólar ocorre uma alta natural. Outra consequência desse mesmo fator conjuntural é que, em toda crise financeira, as pessoas passam a desconfiar da estabilidade do mercado financeiro, da credibilidade dos bancos, dos papéis etc., e os investimentos migram, por exemplo, para as commodities. Este é um efeito de curto prazo com o qual iremos conviver enquanto perdurar a insegurança no mercado financeiro”.



Luiz Antonio Pinazza concorda que “o degelo do dólar gera mais incerteza”, já que esta moeda era considerada um ativo real e agora não é mais. Ele acrescenta que o fato de os juros estarem em queda em quase todo o mundo também estimulou os grandes fundos de investimento a se voltarem para ativos reais, e lembra que a alta do preço das commodities minerais, especialmente o petróleo, está diretamente ligada a esse fenômeno (o preço do barril subiu de US\$ 35 para US\$ 125 nos últimos cinco anos), assim como a disparada do preço das commodities agrícolas. “Temos hoje uma luz amarela acesa e bem brilhante, e estamos perto de acender a luz vermelha. Se ocorrer algum problema climático nos Estados Unidos no período entre junho e agosto, pode haver turbulência no chamado ‘mercado de clima’ das bolsas de valores.

O fato é que, na economia global, a balança entre oferta e demanda deixou de ser o fator decisivo do rumo do mercado de commodities. As cotações dos futuros agrícolas (derivativos) passaram a ser influenciadas diretamente pela atuação dos fundos de investimento, num fenômeno que tem sido chamado de “financeirização” do mercado de commodities, como também pelas agressivas políticas de subsídios à agricultura praticadas pelos Estados Unidos e União Européia. Ao injetarem anualmente US\$ 400 bilhões em suas economias agrícolas, tornando-as artificialmente competitivas, esses países desestimulam os países subdesenvolvidos e emergentes a produzir mais para o mercado global. O diretor da OMC Pascal Lamy reconhece este fato ao afirmar que “a produção insuficiente nos países em desenvolvimento é, em parte, resultado de subsídios e tarifas que distorcem o comércio e que precisam ser reduzidas”.

Esses fatores, entretanto, podem ainda ser considerados como de ordem conjuntural. Se buscarmos as causas mais profundas da crise dos alimentos veremos que existe uma matriz estrutural se consolidando há cerca de três décadas. Com o início da globalização nos anos 80, e a imposição aos países menos desenvolvidos, pelo FMI e Banco Mundial, de modelos econômicos neoliberais, desmontaram-se as instituições nacionais e internacionais que exerciam algum poder regulatório

sobre os mercados de commodities – por exemplo, no Brasil, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC). Com isso os fluxos do comércio foram entregues às “forças de mercado” e, conseqüentemente, ficaram sujeitos à ação de oligopólios.

Num estudo intitulado “Commodity dependence and development” o South Centre, organização intergovernamental dos países em desenvolvimento, aponta a concentração do mercado de commodities agrícolas nas mãos de poucos intermediários – processadores, tradings e distribuidoras – como um dos principais fatores de desestímulo ao aumento da produção entre os países pobres. “A extinção das funções reguladoras das organizações internacionais e dos órgãos nacionais que monitoravam esses mercados, e que no passado atuavam como vetores de estabilização, apesar de sua eventual fragilidade e limitações, exacerbou a volatilidade nos mercados de commodities”, afirma o estudo.

A realidade do mercado de commodities agrícolas hoje, segundo o South Centre, é a do oligopsonio, que se diferencia do oligopólio apenas por ser o poder de compra, e não o de venda, que se concentra nas mãos de poucas empresas – neste caso processadoras e distribuidoras em detrimento tanto dos produtores quanto dos consumidores. O progressivo aumento dessa concentração, por meio de fusões e aquisições, habilitou intermediários a ficar com a “parte do leão” e reduziu a parcela de ganhos do produtor na cadeia de valor das commodities agrícolas.

Segundo o documento, outro fator de desestímulo à produção foi “o sistemático descumprimento de compromissos assumidos pelos países de primeiro mundo com relação à redução dos seus subsídios agrícolas”, que funcionam como barreiras à entrada de commodities provenientes de países menos desenvolvidos. “A falta de vontade política resultou em ceticismo e inação”, lamenta South Centre. Para superar a crise do preço dos alimentos, o documento defende a tese de que o mundo precisa de mais regulação e políticas industriais que ampliem e fortaleçam um conjunto maior de atores. “O pensamento corrente, hoje, sobre política industrial, é que os governos desempenham um papel

crucial no equacionamento das disfunções das forças de mercado”, resume o estudo.

### Um desafio para o Brasil

Em que pesem as barreiras conjunturais e estruturais contra os países menos desenvolvidos, o Brasil tem excepcionais condições – mais do que qualquer outro país, talvez – de se tornar um líder na exportação tanto de alimentos quanto de biocombustíveis. Segundo maior produtor de alimentos do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, o País tem 64 milhões de hectares plantados e ainda dispõe de algo entre 70 e 90 milhões de hectares de terras agriculturáveis hoje subaproveitadas, que equivalem a mais do que os territórios da França e da Alemanha somados. São, em geral, áreas de pastagens degradadas ou ainda em uso na pecuária, porém de forma demasiado extensiva, e que se forem tecnificadas poderão liberar terras para plantio. Esta conta não inclui a Amazônia e nem as áreas de preservação do Cerrado e da Mata Atlântica.

Na agricultura o Brasil tem avançado a passos largos. Entre 1996 e 2006, a produção agrícola nacional cresceu mais de 4% ao ano, enquanto a média mundial não passou de 1%. A condição do Brasil é única, com terra, água doce (13% das fontes existentes no planeta estão aqui) e insolação abundantes. Nos Estados Unidos a terra ainda disponível é considerada de risco ambiental, o que implicaria altos custos de produção. A Austrália tem boa disponibilidade de terra, mas não de água. A África, onde as condições naturais seriam mais próximas às do Brasil, há problemas políticos de difícil solução em curto prazo que inviabilizam a produção massiva de alimentos.

Porém, boas condições naturais não bastam. Para que a terra se torne produtiva é preciso pôr em funcionamento toda uma cadeia de suprimentos que inclui implementos agrícolas, armazenagem, transporte, sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas, entre outros itens. E nessa esfera a situação se complica, pois o Brasil luta com notórios e ainda mal equacionados gargalos de infra-estrutura – especialmente nas áreas de energia e transporte – e depende de fertilizantes importados que não estão sobrando no

mundo. Atualmente o País importa 65% do fertilizante que consome e recentemente os preços em dólar de alguns desses produtos chegaram a dobrar no mercado nacional.

Alexandre Mendonça de Barros explica que há problemas relacionados ao abastecimento dos três grandes nutrientes que compõem os fertilizantes - nitrogênio, fósforo e potássio. “O nitrogênio é obtido a partir da matriz do petróleo e um insumo fundamental para sua produção é o gás natural, utilizado para liberar hidrogênio e reagir com o nitrogênio do ar para produzir amônia. Os fatores limitantes, aí, são a quantidade de gás natural e as fábricas para produzir o insumo. De qualquer forma, nos últimos anos este foi o único nutriente em que houve investimentos. Recentemente a China, que é uma exportadora de nitrogênio importante, impôs uma tarifa de mais de 100% sobre suas vendas externas de adubos nitrogenados e fosfatados para reter o produto no mercado interno. O resultado é uma escassez da oferta de nitrogênio no mercado internacional e uma elevação significativa do preço. Já o fósforo e o potássio são obtidos basicamente por mineração: 60% das reservas de fósforo estão no Marrocos e o potássio se concentra no Canadá, Rússia, Alemanha e Israel, em minas que estão operando a plena capacidade. Vai levar um tempo até que a oferta se corrija – a estimativa de especialistas é de não menos que três anos”.

Diversos fatores concorrem, portanto, para encarecer os preços dos fertilizantes. Além da alta do petróleo, commodity indispensável para a produção do nitrogênio, e do fato de os demais nutrientes também dependerem de reservas minerais esgotáveis, há ainda as pressões de demanda. Mendonça de Barros lembra que, como o consumo de fertilizantes também cresce fortemente, “especialmente na China e na Índia, que hoje consomem 30 a 40% do adubo do mundo e têm políticas de subsídio para evitar desabastecimento, o preço deve continuar subindo no mercado internacional”.

Alguns fatores macroeconômicos internos também conspiram contra a nova revolução agrícola que o Brasil poderia fazer. O câmbio desfavorável à exportação, que anula o incentivo dos altos preços

internacionais para o produtor brasileiro, é considerado o principal deles. “Como o real está se valorizando e como a logística no Brasil é ruim - a escassez de portos e estradas coloca uma dificuldade adicional - os custos de produção subiram muito e as margens para os produtores brasileiros não são tão convidativas como deveriam, considerando-se que os preços mundiais atingiram seu recorde histórico” – argumenta Mendonça de Barros. “O que tem

“O Brasil, como já se  
antecipava há décadas, vai ser  
o grande celeiro do mundo.  
Acho que está chegando este  
momento. Os Estados Unidos  
não têm área para crescer, a  
Argentina tem pouca área e a  
África não vai dar resposta em  
curto prazo.”

Luiz Antonio Pinazza

acontecido é que a produção no Brasil não tem crescido e, a meu ver, não crescerá no próximo ano, pelo menos na proporção que o mundo nos demanda. O Brasil não irá resolver o problema de oferta do mundo”.

O consultor aponta como um problema adicional as dificuldades de gestão do governo brasileiro. “Em minha opinião, falta um projeto unificado, uma ação interministerial com orientação comum. Sente-se, pelo contrário, muita divisão. Em uma democracia isto é interessante, mas uma opinião pode neutralizar a outra e então nada acontece. Parece que, infelizmente, o caminho não tem sido de conciliação, mas de conflito de opiniões. Isto não ajuda.”

Luiz Antonio Pinazza está mais otimista. Ele acredita que “o Brasil, como já se antecipava há décadas, vai ser o grande celeiro do mundo. Acho que está chegando este momento. Os Estados Unidos não têm área para crescer, a Argentina tem pouca área, e a África não vai dar respos-

ta em curto prazo, por conta da instabilidade política e de uma insegurança institucional muito grande. Neste cenário, o Brasil ocupa um lugar especial. Temos um agronegócio muito profissional e os grandes players internacionais do setor estão aqui, em todos os elos da cadeia”.

Por outro lado, ele compartilha as preocupações de Mendonça de Barros com relação aos gargalos, assinalando que o PAC ainda não deu uma resposta à altura dos desafios relacionados à infra-estrutura. “Os investimentos estão evoluindo em ritmo muito lento e, num cenário de cinco ou seis anos à frente, corremos o risco de apagão na área de energia”. Quanto aos fertilizantes, Pinazza considera ser possível diminuir a dependência externa. Para isso, afirma, “é preciso avaliar as jazidas de fósforo e potássio que existem no País e os impactos ambientais decorrentes da sua exploração”.

Outro ponto destacado pelo diretor do Instituto de Estudos do Agrobusiness é o apoio ao cooperativismo no País. “O sistema de integração do agronegócio é quase todo baseado na pequena propriedade familiar: a agroindústria fornece o insumo, tecnologia e assistência e os pequenos produtores cuidam da lavoura. Cerca de 90% da produção agrícola no Brasil vem de cooperativas, e por isso é importante o seu fortalecimento e a criação de instrumentos para elas agregarem valor ao produto, industrializando-se mais”.

Finalmente, todos concordam que a questão ambiental não pode ser negligenciada. Mendonça de Barros lembra que “o Brasil já é líder mundial em oito mercados, com 60 milhões de hectares plantados, enquanto os Estados Unidos plantam 180 milhões de hectares. Temos um grande potencial para crescer”. Será preciso repetir muitas vezes ao mundo que, com as áreas ainda disponíveis no Brasil, não será preciso derrubar florestas para aumentar nossa produção. Luiz Antonio Pinazza admite que um avanço muito rápido da agricultura poderia constituir, sim, um risco para o meio ambiente, mas insiste em que é preciso enfrentar esse desafio: “ameaças ambientais sempre existirão, mas a tecnologia, se empregada corretamente, ajuda a preservar o meio ambiente”.

.....

FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

# INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

*Componente Obrigatório*

.....

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, está convicta de que o processo de inovação tecnológica deve ser focado na empresa. Porque somente com incentivo à inovação, a indústria nacional pode se tornar competitiva no mercado global. Mas nunca esquecendo que é indispensável para uma indústria inovadora a garantia da chegada dos produtos inovadores ao mercado, com preços justos e isonomia em relação aos produtos importados. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site [www.abifina.org.br](http://www.abifina.org.br)

SOBERANIA É INOVAR.



*FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.*



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •  
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos

# A globalização da fome

Guilherme Leite da Silva Dias, professor titular da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, graduado em Ciências Econômicas e doutorado em Economia, foi Diretor da Área de Crédito, Financeira e Internacional do BNDES entre 1992 e 1993 e Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e do Abastecimento entre 1995 e 1997. Autor de inúmeros artigos sobre o agronegócio no Brasil e no mundo, acumula larga experiência em estudos econômicos com ênfase em economia agrária e dos recursos naturais. Nesta entrevista, Guilherme aponta a ausência de uma coordenação estratégica internacional quanto aos estoques de alimentos e os números impressionantes do programa de produção de etanol dos EUA como os dois fatores mais importantes de uma crise anunciada, que no presente se agrava graças ao quadro de instabilidade financeira com a oscilação do preço do dólar. Quanto ao papel do Brasil como futuro provedor de alimentos para o mundo, Guilherme entende que, a despeito da vantagem competitiva que o território nacional proporciona, há muitas variáveis de competência e competitividade a serem superadas para que de fato o País concorra a este título.



Guilherme Dias

***A crise de alimentos é resultado apenas de uma relação entre oferta e demanda ou existe muita especulação neste cenário?***

A crise se apresenta porque o mercado está reagindo ao crescimento da demanda por alimentos e a estabilização da oferta mundial. Porém, se somou a isso o problema de volatilidade dos preços, ou seja, você tem uma subida de preço estranha, é um patamar que assustou todo mundo, um fenômeno que aconteceu de julho do ano passado para cá. Essa volatilidade dos preços tem ligação mais direta com a crise financeira internacional do que com o problema particular dos alimentos, porque o fato de não sabermos o preço real dos alimentos está relacionado com a instabilidade financeira, o dinheiro que vai para cá e para lá e a oscilação do preço do dólar. Afinal de contas, o dólar é referência para alimentos desde a II Guerra Mundial. Trata-se de um mercado em que os contratos sempre estiveram atrelados ao dólar, porque os EUA sempre foram os provedores de alimentos de última instância. Os grandes estoques

americanos sempre estiveram disponíveis para o resto do mundo - inclusive para os russos durante a Guerra Fria - como a solução para um problema de escassez alimentar ocasional.

Este cenário está se modificando e é isso que provoca esta volatilidade, quer dizer, um processo especulativo em cima de alimentos. Na minha opinião, está claro que existe uma coisa diferente no ar de meados do ano passado para agora. É claro que a crise se sustenta porque existe uma certa escassez de alimentos. Agora, por que o preço da tonelada de certos produtos vai parar em 1.200 dólares ou 600 dólares a tonelada de milho, quando todo mundo acha que o normal seriam 200 dólares? Por que o mercado explode a referência de preços? Está claro que há um componente "over shutting", o que a gente chama de movimento especulador que começa a puxar o preço para cima e todo mundo reage em pânico. Então, você vê a história da Ucrânia, de alguns países da Europa Central, que quando vivem uma seca proibem a exportação de alimentos, e outros imitam, a Argentina imita, outros também, e até nós ameaçamos fazer uma

besteira dessa ordem, o que só agravaria o cenário. E logo o Brasil, que claramente tem um papel importante nesta questão, não pode de forma alguma ser um ator do pânico. Portanto, existe um componente que depende de cabeça fria, de países conversando uns com os outros, de uma análise mais profunda do problema e da adoção de soluções pontuais até o quadro se estabilizar. Nada de pânico.

***A ONU pode ser a articuladora deste diálogo internacional e operar estas soluções pontuais de ajuda a países com problemas reais?***

Não vejo a ONU como um organismo com credibilidade para ser o articulador desta crise e muito menos como um agente operador de um fundo internacional. Eles não têm o necessário reconhecimento internacional de ter competência para isso. Trata-se de um órgão político, que mesmo nesta dimensão já perdeu muita força. Quando a ONU pleiteia um papel deste porte, esquece do escândalo da campanha "petróleo por comida". Na Guerra do Golfo, houve o embargo ameri-

cano em pressão por um esforço de desarmamento. Um longo período de embargo a um país tão vulnerável quanto o Iraque significaria matar a população de fome, portanto, não haveria um ambiente político para o embargo, se não houvesse a possibilidade de exceção. Esta exceção foi aberta para alimentos e medicamentos através da ONU em um esquema onde houve a venda especial do petróleo do Iraque para o mercado internacional e o proveito desta compra foi entregue em alimentos e outros gêneros de primeira necessidade. Tudo foi negociado pela ONU e acabou resultando em escândalo, porque as vendas de petróleo tinham comissões estranhas e os alimentos também estranhamente eram os mais caros do mundo. Tudo isso está documentado em um relatório do FED em comissão organizada para investigar o assunto. A ONU não é executiva, é uma organização normativa e deve limitar-se à sua vocação. Neste caso, eu me pergunto, por que não a OMC, então? Pelo menos é um grupo acostumado a conversar com o mercado.

***Qual seria o órgão legítimo para fazer isso? Porque certamente será necessário articular uma ajuda aos países mais pobres, ao menos como uma solução emergencial, não?***

Sobre este ponto fiz um comentário recente em uma entrevista, que teve muita repercussão: vocês já notaram que depois da Rodada do Uruguai não existe mais esta liderança? Se você olhar a estrutura normativa que está por trás deste histórico, que antes era o centro das políticas domésticas com os países que pretendiam ser os líderes mundiais, você tinha a idéia de ter uma reserva de alimentos que serve para mim e para os outros países com os quais tenho bom relacionamento. Os estoques norte americanos serviram para isto, os estoques da Europa serviram para isto e basicamente estes eram os únicos que tinham estoques para suprir sua população e o resto do mundo. Obviamente, os estoques que ficavam dentro da China também eram significativos, porque depois da fome vivida durante a Revolução Cultural, os chineses, como instrumento de autonomia e de soberania, formaram um imenso

estoque de alimentos. Quando eles negociaram a entrada do país na OMC em 1988, esse estoque entrou em discussão. Porque cada país não pode simplesmente fazer uma política em que compra todo o estoque e põe no armazém. Estamos vendo uma pontinha deste tipo de risco agora, de como esse comportamento pode criar realmente um ciclo de pane com a parada de movimentação de alimentos de um país para o outro.

***Mas os estoques da China fazem muita falta hoje ao mundo, vide a escassez de arroz.***

Exatamente, com a entrada da China em 1998 na OMC, eles assinaram um compromisso de a partir de 2002 começarem a cumprir as regras direitinho, que recomendavam a baixa dos estoques. O problema é que o estoque da China era a metade do estoque do mundo. Aí, você olha os europeus, depois da mudança política agrícola do PAC do ano de 2000, eles também vieram reduzindo os estoques violentamente, os estoques de carne, de lácteos... Aquela elevação grande de preços de laticínios que houve no ano passado aconteceu porque acabaram completamente os estoques da União Européia. Na verdade, aumentou a demanda e faltou uma estratégia coordenada de formação de estoques emergenciais. Todo mundo se comprometeu a limitar sua política doméstica de estoques para que todos os produtos fossem para o mercado internacional. Agora, estamos vivendo o resultado desta política levada ao extremo. Porque a China reduziu seus estoques fortemente depois de 2002 e o país tinha um estoque monstruoso em trigo e arroz, um razoável de milho e um estoque muito grande de algodão.

***E o programa de etanol americano também é vilão nesta história?***

Exatamente. A importância dos estoques americanos sempre esteve concentrada nas culturas de trigo e milho, a imagem de celeiro do mundo foi construída sobre estes alicerces. Como os preços andaram funcionando de uma maneira que desestimulou a produção de trigo, principalmente em 2005 e 2006, os estoques se reduziram. O programa de etanol a partir

do milho - não tenho outra palavra - é boçal, pelo tamanho do risco, o tamanho do subsídio, a velocidade com que eles se comprometeram a implementar o programa depois de 2020. São essas coisas que o lobby propõe com números absurdos porque sabe que depois todo mundo vai negociar e reduzir pela metade, mas neste caso o Congresso americano aprovou sem questionar. Uma decisão que só se explica sob um clima de pânico, como se o etanol fosse solução para tudo. O resultado é o que estamos vivendo agora, porque os estoques americanos se reduziram em 2 anos a uma velocidade que ninguém podia prever. A verdade é que o trigo estava caindo dentro do processo normal, porque a China estava reduzindo os estoques e havia muita oferta no mercado, o que desestimulou a produção. Nós no Brasil, vivemos a crise de preços em 2006. Ninguém estava fazendo estoque, ninguém praticava uma política de preços líquidos para os governos comprarem o excesso de oferta, então, toda produção ia para o mercado internacional. Na verdade, a crise se impõe porque hoje não existe mais a soma do programa de estoques dos EUA, da Europa e da China, que faziam estoques para o mundo. Há certos produtos que você não pode achar que a volatilidade de preços vai resolver todos os problemas do mercado. Isso é básico em economia: você deve lembrar aos alunos que a agricultura ainda depende da natureza, que quando você dá um salto de preço aqui a oferta demora um ano para responder, ou dois anos para responder... Um conteúdo que gente aborda na primeira lição de curso de economia agrícola, mas que parece não estar valendo na cartilha mundial.

***As mudanças climáticas acrescentam mais um dado de instabilidade ao cenário.***

Exatamente, o clima é mais um fator de instabilidade. Então, como é que você vai resolver o problema simplesmente aumentando os preços? Se o preço sobe muito, alguém vai ficar sem comer e não é possível esperar o ano que vem para que a comida apareça nos pratos novamente. Esta é obviamente uma imagem caricatural do momento que vivemos, mas que tem

seu fundo de verdade quando falamos de produtos com uma oferta anual discreta e um processo complexo de reagir a preços com defasagem. A verdade é que precisamos de um mecanismo regulador que não apenas o mercado. Se você olhar a história de comércio internacional de produtos agrícolas e alimentícios nos últimos 50 anos, estávamos vivendo um período em que todo mundo acreditava que a fome estava desaparecendo, que “as fomes” eram pontuais e de origem política na maioria das vezes, culpa do exercício de governos estranhos e autoritários. Aí, você desperta com uma crise que não tem relação direta com nada disso. A verdade é que o alimento não é um produto para ser deixado ao sabor dos ventos, do equilíbrio do mercado, da volatilidade dos preços, essas coisas que funcionam em outras commodities. Creio que deste cenário vai emergir uma liderança, que faz sentido que seja no âmbito da Organização Mundial do Comércio, principal-

**“O caso do Brasil é diferente, porque a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar não cria nenhum problema para o cenário de alimentos no mundo, não há substituição de lavoura.”**

mente, porque todos os grandes comerciantes de produtos agrícolas do mundo estão estruturados naquele sistema de representação. Não é possível usurpar este papel que a OMC tem consolidado. A FAO e a ONU não conseguirão se transformar de uma hora para outra em estrutura para mobilizar um esforço de guerra em termos de transporte de alimentos ao redor do mundo...não tem cabimento. A OMC talvez não tenha se apresentado em um primeiro momento porque há um conflito intrínseco ao tema. Afinal, foi ela mesma quem conduziu o processo de forma a evitar estoques de alimentos... houve uma certa falta de orientação so-

bre como fazer isso sem comprometer o futuro. Por isso, talvez, eles estejam tão reservados. Será que eu posso falar sobre aquilo em que errei?

***Você acredita, então, que é fundamental que se articule uma orientação global sobre os estoques de alimentos, equilibrando oferta e demanda através de mecanismos reguladores?***

Sim. Será necessário, sem dúvida, uma revisão de postura em relação ao tema. Poderíamos, por exemplo, estabelecer uma regra de que quando o preço baixasse muito, desestimulando a oferta, os países pudessem usar mecanismos de salvaguarda, onde os governos anunciam preços acima do mercado e compram o excedente. Hoje isso não é permitido por conta de compromissos de política doméstica em relação ao mercado internacional. Acho que uma revisão de estratégia se faz necessária. Regras já são traçadas pela OMC, simplesmente terá que se fazer uma revisão das regras e prioridades traçadas até aqui.

***Organizações internacionais responsabilizaram a produção de etanol pela alta dos preços das commodities agrícolas. O Brasil produz a partir da cana, portanto não existe o efeito de substituição da terra, e os Estados Unidos alegam que o impacto do etanol no cultivo do milho não é relevante. O etanol é mesmo a origem do problema?***

A expectativa para esse ano é que 24% da oferta do milho nos EUA seja destinada à produção de etanol. Nesse caso, o etanol de milho é claramente o bode expiatório desse negócio, é óbvio que é parte relevante do problema de alimentos. O caso do Brasil é diferente, porque a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar não cria nenhum problema para o cenário de alimentos no mundo, não há substituição de lavoura. Muito pelo contrário, recentemente houve uma imensa queda no preço de açúcar no mercado internacional. Portanto, esta é uma conversa de quem quer arrumar argumentos para derrubar nosso programa de etanol que é muito competitivo, pois é uma produção mais barata. Essa conversa não se sustenta nos fatos, porque estamos fazendo

até um favor ao reduzir a oferta de açúcar este ano, porque o mercado internacional está dando sinal de que não quer tanto açúcar. O programa de etanol brasileiro está funcionando até como mecanismo de equilíbrio do mercado de açúcar. Basta verificar que o preço do açúcar desabou, enquanto o preço do milho explodiu no mercado internacional. O que fica no ar em relação ao nosso programa de etanol é o destino dos recursos de financiamento que são finitos. O fato é que para o Brasil a questão da terra disponível não é tão importante, pois temos como aumentar a área ocupada por lavouras. O argumento aqui é um pouco diferente: se todo o dinheiro vai para expandir a lavoura de cana de açúcar para fazer etanol, falta dinheiro para expandir outras culturas. Isso pode acabar prejudicando o cenário do agronegócio.

***Aumentar a oferta de alimentos não depende apenas de uma articulação internacional, mas também do tempo possível para o desenvolvimento de infra-estrutura e outras demandas deste mercado, como fertilizantes, por exemplo?***

Certamente, há limites graves para expandir a produção de alimentos no mundo hoje. Para responder a esta crise, o mundo teria que alcançar cerca de 3% ao ano a mais na expansão de alimentos durante uns 3 anos para recompor o estoque. Isso é factível no atual quadro de crescimento da demanda mundial de alimentos? A resposta provavelmente é não sei. Principalmente, porque o quadro de fertilizantes não é promissor. Nos últimos anos, foram fechadas diversas minas de fosfato e potássio que estavam ficando ineficientes ou muito caras. Estas minas acabaram, uma vez abandonadas não há retorno rápido. São necessários em média dois anos para abrir uma nova mina. Isso, sem falar nos problemas políticos que estão ligados a esse negócio de exploração de grandes minas de fosfato ou de potássio, pois as principais minas estão localizadas em países complicados para a atuação de capital internacional como Rússia, Ásia Central, Oriente Médio. O maior produtor de fosfato do mundo é o Marrocos. É um país um pouco mais estável, mas quem abriu a primeira planta química para exportar os produtos in-

termediários de fertilizantes a partir do Marrocos levou cinco anos para negociar o projeto. Não há fertilizante sem fosfato para um país como o nosso. Os nossos solos, principalmente os de cerrado, são extremamente deficientes de fosfato. A fração do solo brasileiro de perfil para produção de cereais ou de oleaginosas implica uma demanda muito pesada de fertilizantes fosfatados.

***Então, fica comprometida a visão de futuro que aponta o Brasil como a saída para a produção de alimentos do mundo? Nossa principal vantagem competitiva que é território para expansão de lavouras fica condicionada a variáveis externas importantes como essa dependência de fertilizantes?***

Sim, porque o controle das minas está extraordinariamente concentrado em poucas empresas e países, eu acho que são somente quatro as minas importantes de fosfato e potássio do mundo, que são fundamentais para aumentar a oferta de alimentos. Isso é perigoso. É um problema global, não é localizado no Brasil, mas atrapalha muito qualquer plano para o futuro. Curiosamente não existe um instrumento para atuar nesta regulação global, não existe o equivalente a um CAD internacional para regular preços e práticas. Só existem órgãos domésticos de regulação de concorrência, não há um fórum mundial sobre este assunto, não existe uma Corte de Haia para os crimes contra a humanidade. No momento em que mergulhamos na globalização de fato, percebemos que ela é incompleta.

***O Brasil vem sendo apresentado como capaz de fazer parte da solução do problema da oferta de determinados produtos agrícolas. O que, além de fatores de dependência externa, como os fertilizantes, nós impede de cumprir este destino?***

Nós somos o principal exportador de carne bovina, somos o segundo e estamos nos transformando no primeiro em soja e somos liderança nas principais culturas de alimentos. Além disso, somos a fronteira em termos de tecnologia agrícola. O que de fato nos atrapalha é a questão de infra-estrutura em transportes. A situação dos portos e a natureza do produto

agrícola nesse contexto são preocupantes. Porque estamos tratando de um produto perecível, de grande volume e com baixo valor agregado. Portanto, é tudo que o diretor de um porto não quer. O

***“Certamente, há limites graves para expandir a produção de alimentos no mundo hoje. Para responder a esta crise, o mundo teria que alcançar cerca de 3% ao ano a mais na expansão de alimentos durante uns 3 anos para recompor o estoque.”***

produto agrícola para ele é um problema e tem baixo retorno se comparado a todo o resto. Porque se pensarmos em um projeto para aumentar o fluxo de alimentos que passam pelo Porto de Paranaguá, por exemplo, isso exige investimentos pesados para um espaço que vai ficar reservado só para aquele tipo de produto, que é exatamente o que tem uma promessa de rentabilidade pequena. Portanto, os alimentos são produtos que claramente precisam de uma solução mais planejada, mais coordenada, precisam de um tratamento especial como fator estratégico de crescimento e sustentabilidade para o País. Eu li o PAC com toda a atenção e boa vontade como especialista em agricultura, porém tive uma grande decepção. As dúvidas que foram colocadas no lançamento do PAC em 2006, sobre os grandes investimentos que tínhamos que fazer, eu já ouvia quando estava dentro do Governo em 1996. Mais de dez anos se passaram e a questão política e estratégica estava no mesmo ponto. Se você olhar a execução do PAC, vai ver que este pedaço está parado. Exatamente este pedaço que talvez seja mais crucial para o futuro do País. Por que está parado? Por que nós não sabemos como proteger a Amazônia da invasão - ou não queremos. O fato é que fica tudo imobilizado, mas isso não

impede que a pecuária vá entrando. Ela vai tomando conta, porque os bois andam. Não temos nenhuma definição do ponto de vista estratégico de prioridades para executar o papel que está implícito na pergunta que você fez. Não tenho dúvidas de que deixamos os países importadores preocupados. Somos sua esperança, mas não temos planos para corresponder às expectativas internacionais e ao tamanho desta oportunidade de crescimento. Você pode notar que o Governo apresenta quatro grandes eixos para a melhoria da infra-estrutura, mas é óbvio que o Brasil não tem dinheiro para fazer os quatro ao mesmo tempo, mas o PAC não aponta claramente a prioridade.

***Alguns analistas indicam que a crise provocada pelo aumento dos preços dos alimentos decorre também da disparada dos preços do petróleo e dos subsídios agrícolas dos países ricos. Qual é sua opinião sobre o assunto?***

Mais sério do que o desequilíbrio da fome, já há alguns anos estamos cientes, é o desequilíbrio de energia. Então, é sintomático que a gente esteja discutindo a fome há dois meses, mas neste período o petróleo passou de 90 para 124 dólares. É curioso que, nesse meio-tempo em que a fome adquiriu espaço nos jornais, o preço do petróleo tenha explodido ainda mais. Isso é muito revelador de fato desse desequilíbrio entre o crescimento da demanda do mercado mundial e a capacidade de atender esta demanda.

É o resultado da disputa política daqueles que estão por trás dessa questão da energia, fora a ligação entre esse problema de oferta de energia e o aquecimento global. Tudo se relaciona. Se o modelo é de globalização, tudo indica que o aparato de gestão de conflitos está ridículo em relação ao tamanho do desafio. Nesse cenário turbulento, creio que a OMC tem maior vocação para se apresentar como articuladora na questão dos alimentos. Na questão do aquecimento global já não sei. Os subsídios agrícolas são claramente um problema, porque resultam em uma redistribuição de oportunidades. A implicação por trás disso é que de fato o preço dos alimentos tem que subir. Se você retira aqueles subsídios todos, a oferta global deve se ajustar a um preço mais alto.

Encarar a questão de que os alimentos passariam por um ciclo de preços mais altos vem junto com a idéia de reduzir os subsídios. Eu acho que o processo de redução de subsídios é lento, mas está acontecendo. Com uma única exceção no mundo, que são os Estados Unidos, pois depois de 98 eles voltaram a aumentar os subsídios. Só tem um país importante no mundo que não está reduzindo os subsídios, porque a Europa está. Podemos reclamar que a redução anda muito devagar, mas inequivocamente ela está acontecendo.

***A conclusão da Rodada de Doha, com a conseqüente liberação do comércio agrícola e redução de subsídios praticados pelos países desenvolvidos, poderá impactar favoravelmente na oferta e na renda dos produtores dos países em desenvolvimento?***

Sim. Reduzidos os subsídios, sobem os preços e sobram benefícios para os países em desenvolvimento. A competição fica mais leal. Para nós, para a Argentina e para a Austrália sem seca seria ótimo isso. E todo mundo fica esperando saber em que momento a África passará a ser uma grande fornecedora de alimentos. Afinal, todos os cientistas e técnicos que andaram por lá não compreendem como o cenário não se modifica para os países africanos. A questão política precisa ser superada para contarmos também com este continente de oportunidades.

***O debate que se encontra na agenda de várias organizações públicas e não-governamentais a respeito da produção oriunda da propriedade empresarial vis a vis da propriedade familiar tem alguma relevância?***

Acho essa discussão inadequada. É ingênuo acreditar que o sistema de pequena propriedade familiar vai sobreviver só com alimentos. Isso não é verdade. A pequena propriedade vai se dedicar a qualquer cultura que signifique mais qualidade de vida para o produtor. A verdade é que não existe organização de produtores familiares se não existir a super estrutura de uma organização cooperativa ou de uma coordenação agroindustrial sobre

o sistema. O Inbra tem sido um fracasso no sentido de montar a tal da estrutura de organização. A Conab, empresa de alimentação do Ministério da Agricultura, tem tentado assumir a montagem de tais estruturas de organização, mas está engatinhando ainda. Acho que seria bom deixar a iniciativa privada entrar para organizar este negócio da compra dos excedentes que a agricultura familiar gera. Há discussões no ar, mas nenhuma delas tomou forma efetiva. Na minha opinião, o Governo tinha que fomentar esta estrutura. O México, por exemplo, organizou um sistema de coordenação da agricultura de pequenos agricultores familiares. A idéia é traçar metas e prioridades, pois esta super estrutura dialoga com os produtores e defende seus interesses, mas define o que vai ser produzido e como, busca financiamentos, funciona como um diretor comercial. Há uma ausência de gestão no campo, de uma coordenação estratégica dos pequenos produtores. Eu acredito no sistema de cooperativa, só que se trata de um desafio da literatura internacional, não é um problema só brasileiro. Reproduzir uma estrutura de cooperativa não é uma tarefa simples. É muito complicado em um país com tradição individualista como o nosso, tipo o sertão nordestino, por exemplo, fazer com que aquele grupo de produtores passe a trabalhar dentro de um sistema coordenado. No sul é diferente, porque os agricultores reproduziram modelos trazidos da Europa.

***Quer dizer que superar a questão cultural é um desafio?***

Sim. A questão é cultural e política, mas é possível trabalhar para modificar a tradição individualista. É uma questão de tempo e de liderança. Lideranças empresariais ou mesmo originárias dos movimentos sociais. Se o MST fosse um pouco mais preparado, já estaria preocupado, atuando efetivamente neste sentido. Esta questão já fazia parte das instruções dos anos 80 nos movimentos que deram origem ao MST, mas creio que eles perderam o bonde e optaram pela idéia de que o Estado vai fazer tudo. A reforma agrária no Brasil é absolutamente necessária, um país com a concentração de renda que nós temos tem que atuar

neste sentido. Mas também neste assunto estamos patinando há muito tempo, sem uma condução estratégica para o tema. Por outro lado, se a opção é pela agricultura empresarial, concentrada na produção em larga escala e tudo o mais, como dá a impressão de que é o caminho que estamos seguindo, aí então existe uma outra questão muito séria. Se este sistema precisa de uma renegociação de dívida a cada sete anos, onde está a sustentabilidade dele? Se os produtores estão sempre com o pires na mão, pedindo milhões de presente, onde vamos chegar com isso? É desta forma que estamos conduzindo nossa agricultura de 95 para cá. O governo dando dinheiro, sem dizer claramente que está dando, sem mostrar os dados para a sociedade do quanto existe de transferência nesse processo de crédito rural. É uma caixa preta. Uma

**“... não temos planos para corresponder às expectativas internacionais e ao tamanho desta oportunidade de crescimento.”**

pergunta não quer calar: Como está sendo a renegociação, quanto é de fato que vai custar aos cofres públicos? Os números não são revelados com transparência, então, não temos noção de quanto significa esta socialização do prejuízo, de quanto foi escondido dentro do orçamento. Definitivamente não há transparência. É uma análise que deve ser feita por técnicos com a oposição presente. Este seria o procedimento político decente para avaliarmos correções de rumos. Alguém tem que discutir isso, são dois imensos socorros em 10 anos. Na minha conta isso significa que de cinco em cinco anos temos que refinar a agricultura. Um imenso subsídio que está disfarçado, mas que faz parte do sistema de expansão da agricultura brasileira. Mais cedo ou mais tarde, teremos que responder a estas questões com mais seriedade.



.....

FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

**BIODIVERSIDADE PATRIMÔNIO NACIONAL**

*Componente Obrigatório*

.....

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, apóia a reivindicação de condições mais favoráveis de investimento na exploração da rica biodiversidade brasileira por empresas brasileiras. Porque é só através de uma política de incentivo e financiamento que a nossa indústria vai poder competir em pé de igualdade com as empresas transnacionais no patenteamento e desenvolvimento de produtos a partir da nossa biodiversidade. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site [www.abifina.org.br](http://www.abifina.org.br)

SOBERANIA É DAR FRUTOS



**ABIFINA**

*FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.*



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •  
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos

# A produção pública de medicamentos promovendo a indústria de fármacos no Brasil



Em fevereiro de 2006, ao assumir a Diretoria de Farmanguinhos o médico Eduardo Costa anunciava seu compromisso de avançar ainda mais no caminho da mudança na história da saúde no Brasil, para o qual já tanto havia contribuído em 34 anos dedicados à Fiocruz. “Vamos assumir Farmanguinhos sem ilusões, mas com determinação, para questionar, para inovar, para reinventar a história da assistência farmacêutica e da fabricação pública de medicamentos do país. Os medicamentos apresentam papel relevante na redução das taxas de mortalidade e de morbidade, mas são tão mais efetivos quanto mais competente é o controle do Estado do ponto de vista regulatório e mais dinâmica é a interferência do Estado para assegurar um acesso equânime aos medicamentos essenciais”, afirmou na ocasião. Dois anos depois, no recente Seminário sobre o Complexo Econômico Industrial da Saúde, realizado de 19 a 21 de maio pelo BNDES, o Brasil começou a colher os frutos do trabalho desse homem público, de caráter e re-

tidão, que incansavelmente lutou pela produção local de fármacos e medicamentos. No evento, que reuniu representantes do Governo e da iniciativa privada, duas importantes Portarias foram assinadas. A primeira foi a Portaria Interministerial que instituiu a Contratação de Serviços de Produção, como medida para ampliar o acesso da indústria nacional ao mercado de compras públicas. O acordo foi assinado à ocasião pelos ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, sendo posteriormente assinado também pelos ministros do Planejamento e de Ciência e Tecnologia. A segunda Portaria, assinada exclusivamente pelo Ministério da Saúde, lista cerca de 100 produtos prioritários para o governo, explicitando as áreas em que se espera maior investimento por parte do setor privado e que poderão ter maiores facilidades de financiamento do BNDES.

Disse Eduardo em seu discurso de posse em Farmanguinhos, no ano de 2006: “Não há acesso de qualidade, nem equidade,

quando o preço e a prescrição dependem das forças do mercado e a elas não se sobrepõe um Estado que limite e discipline essas forças para atingir os objetivos sanitários. Não há acesso de qualidade, nem equidade, nem soberania, quando o mercado é dominado por um grupo de grandes transnacionais e se desonera e remunera fartamente a aplicação financeira”. E terminou afirmando que seu maior desafio seria reverter o quadro de dependência tecnológica do país no que se refere a fármacos e medicamentos e assim diminuir os gastos governamentais, aumentar a capacidade de inovação e as exportações. “Importamos cerca de 3 bilhões de dólares anualmente em fármacos e medicamentos e exportamos menos de 500 milhões. Nesse quadro Farmanguinhos precisa advogar e trabalhar com o governo por uma política industrial que valorize a criação e fixação de empresas produtivas no Brasil”. As ações mais que as palavras deste e de outros honrados cidadãos brasileiros que fizeram história na causa da Saúde Pública foram determinantes para que se pudessem traçar os objetivos da atual Política Industrial Tecnológica de Comércio Exterior - PITCE, do PAC Mais Saúde e do PAC de Inovação. Neste cenário, destaca-se a competência e sensibilidade do ministro Temporão que garantiram a velocidade dos avanços.

Além de ser o marco de lançamento das duas Portarias, o seminário organizado pelo BNDES teve como objetivo reunir um fórum privilegiado para discutir um conjunto concreto de ações para o desenvolvimento da base produtiva nacional de bens e serviços em saúde, mediante uma forte articulação entre o Estado, o setor produtivo e a sociedade brasileira. Com isso, o evento contribuiu para um padrão nacional de desenvolvimento que viabilize, a um só tempo, o dinamismo econômico, a geração e difusão de inovações em saúde no Brasil

e o acesso da população aos bens e serviços essenciais em saúde.

Na presente entrevista sobre o conteúdo da sua apresentação no seminário do BNDES, Eduardo Costa faz um retrospecto da história recente da saúde no Brasil e conta um pouco da sua experiência à frente de projeto pioneiro de compra de serviços na cadeia produtiva de medicamentos. A proposta, capitaneada por Farmanguinhos, foi de estabelecer parcerias público-privado com fornecedores nacionais, mudando o conceito das aquisições exclusivamente pelo menor preço de fase: em vez de matéria-prima o instituto passou a comprar serviços de produção de princípios ativos. Ao adotar essa outra forma de contratação de serviços, o laboratório ganhou condições de acompanhar o processo produtivo de perto para garantir a qualidade dos insumos e, conseqüentemente, de estabilizar a cadeia de suprimentos que termina em suas máquinas. Ainda que a atitude de abandonar o sistema de pregões internacionais tenha resultado em alguns custos iniciais mais elevados, uma enorme economia para os cofres públicos já se confirmou, sem contar com importantes benefícios indiretos como o desenvolvimento tecnológico sustentável e a geração de empregos qualificados no País.

### ***Como se encontrava o setor de fármacos nos anos 80 e o que aconteceu nos anos 90?***

A partir de 1984, com a Portaria Inter-Ministerial Nº04/84, foi efetivamente implantada uma política industrial para fortalecer a área de química fina no País. Os projetos eram apresentados ao Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), recebiam o suporte de financiamento do BNDES, havia uma garantia de mercado através da Central de Medicamentos (CEME) e o apoio à inovação tecnológica era realizado através da Companhia de Desenvolvimento Tecnológico (CODETEC). Em função desses estímulos de política industrial, entre 1985 e 1990 foram investidos cerca de 1 bilhão de reais na área de química fina, em especial no segmento de fármacos. Portanto, quando houve a eleição de Fernando Collor em 1989, estavam em andamento centenas de projetos de desenvolvimento industrial. Porém, como a orientação do Presidente eleito era diametralmente oposta, todos os

projetos que tinham sido aprovados com a garantia de compra governamental foram descontinuados, porque todos os compromissos anteriores foram ignorados. A CEME, responsável pela compra de medicamentos pelo Estado, e o CODETEC, que trabalhava em Campinas, vinculado à Unicamp, voltada para o fomento do desenvolvimento tecnológico, foram fechadas. O empresário que investiu cinco anos de trabalho em projetos que se transformariam em realidade produtiva, tiveram seus esforços em vão. Neste período, mais de 1100 unidades produtivas de fármacos foram fechadas no País e 500 projetos de P&D foram descontinuados. A globalização dos anos 90 ampliaria o modelo de consumo onde os paradigmas são conquistas individuais, favorecendo o "mercado". A economia brasileira foi "aberta". Coincidentemente, conquistas sociais com a nova Constituição brasileira incorporaram o direito à saúde e o dever do estado para assegurá-lo. Uma década depois a pressão de demanda sobre os laboratórios oficiais começa a tomar inicialmente o contorno de dar acesso a amplos setores da população, como esperado, através de programas para enfermidades de alta prevalência, voltando-se para a atenção básica. Logo, porém, precisam os laboratórios públicos se readaptar: o Ministério da Saúde descentraliza as compras exatamente desses programas ligados à atenção básica. E, sobrevém a necessidade de abater os altos custos de medicamentos de incorporação recente aos consensos terapêuticos. Esses últimos decorrem, em particular, da lei das patentes, que surpreendentemente no Brasil incorpora o pipeline, isto é, é retro-ativa. O legado neoliberal torna os desafios aos laboratórios oficiais incomensuráveis. Na década de 90, houve a entrada em vigor do acordo TRIPS e da lei brasileira de Propriedade Industrial, que adotou gratuitamente o dispositivo do pipeline, ressuscitando mais de 1000 patentes da área química, entre elas anti-retrovirais (Efavirenz, Nelfinavir, Abacavir e Amprenavir); a abertura do mercado brasileiro, resultando em exagerado aumento de importações (750% de aumento nas importações de produtos dos capítulos 29 e 30 da NCM - farmacêuticos e farmoquímicos); a paralisação de mais de 400 linhas de produção de farmoquímicos; a redução do número de produtores locais de antibióticos de 7 para 1; e a extinção das políticas industriais setoriais.

A Cartilha neoliberal decidiu por desonerar importações e gravar a produção local. Um conjunto de medidas inviabiliza a produção local de farmoquímicos e aposta em trazer empresas de genéricos sem exigir a internalização de farmoquímicos. A ideologia vigente faz da lei 8.666/93 um instrumento de importação: a isonomia preconizada não é aplicada. Resumindo, toda promessa de avanço da política industrial implantada na década de 80 foi aviltada por uma irresponsável orientação única e exclusivamente para o mercado, contrária aos interesses nacionais.

### ***Como se caracteriza atualmente a produção pública de medicamentos?***

A produção pública de medicamentos engloba 206 apresentações, incluídos os 11 soros específicos. Depois de crescer a quase 10 bilhões de unidades produzidas em 2005, cairia para quase 8 bilhões em 2006 e a menos de 5 bilhões em 2007, ou seja, uma redução de 50%. Farmanguinhos, atualmente, fabrica 66 medicamentos, entre eles, antibióticos, anti-inflamatórios, anti-infecciosos, antiulcerantes, analgésicos e produtos dermatológicos; medicamentos para doenças endêmicas como malária e tuberculose; drogas anti-retrovirais; medicamentos para doenças do sistema cardiovascular e do sistema nervoso central e para os programas de hipertensão e diabetes.

### ***A produção pública de medicamentos gera economia?***

Só para dar um exemplo em números exatos, o desenvolvimento de tecnologia para a produção de anti-retrovirais por Farmanguinhos teve como objetivo garantir a disponibilidade, como forma de ampliar o acesso aos pacientes portadores de HIV/AIDS atendidos pelo Programa DST/AIDS do Ministério da Saúde. A produção dessa linha de medicamentos foi iniciada em 1997. O efeito regulador de preços foi surpreendente. A economia gerada pela produção nacional de anti-retrovirais no período de 1997 a 2000 foi de US\$ 222 milhões. Desta economia, US\$ 148 milhões foram obtidos somente no ano 2000. A contribuição de Farmanguinhos neste montante foi de US\$ 115 milhões. Assim é para todo o restante da produção com variantes é claro, mas a economia é evidente.

***Pode ilustrar como Farmanguinhos pode estimular a produção nacional de fármacos?***

Há pelo menos sete linhas de estímulo já testadas pelos resultados alcançados de atividades que levaram à ampliação da produção local de princípios ativos. A primeira delas seria o desenvolvimento próprio ou compartilhado de fármacos com tecnologias de síntese (inclui engenharia reversa para estabelecer as rotas) ou desenvolvimento de análogos (moléculas modificadas). Como “cases” de sucesso neste sentido temos também a transferência ou licenciamento dessas tecnologias para parceiros privados: lidocaína, carbamazepina, haloperidol, dietilcarbamazina, fenitoína, ribavirina, didanosina entérica e sinvastatina (em progresso), além de análogos da lidocaína (atividade anti-histamínica). Outra modalidade são os contratos internacionais de incorporação de tecnologia, com obrigatoriedade da transferência da tecnologia de produção do princípio ativo para produção própria (insulina humana, em progresso) ou para transferência e licenciamento dessas tecnologias para parceiros privados (em fase final de negociação: respiratórios). Podemos incluir nesta lista também a intervenção contratual para internalizar a produção de importantes produtores mundiais de fármacos com o objetivo de garantir a produção de Farmanguinhos e de outros laboratórios oficiais por meio do licenciamento de farmoquímicas nacionais (em fase final: metformina; prednisona; metildopa; amoxicilina); ou para garantir suprimento regular e adequado de programas do Ministério da Saúde por Farmanguinhos e outros laboratórios oficiais – com perspectiva de apoio do Profarma; ou ainda focada em estabelecer farmoquímicas no Brasil através da formação de novas empresas com capital nacional ou estrangeiro ou ambos (em negociação: hormônios; em estudos: oncológicos). A transferência de tecnologia de produção de medicamentos de Farmanguinhos para laboratórios de outros países com princípios ativos nacionais e obrigatoriedade de uso dos mesmos por período contratual inicial (cinco a dez anos) é uma outra proposta de estímulo interessante. Isso sempre com obrigatoriedade de aquisição

dos princípios ativos nacionais por período de 5 a 10 anos (em fase final: Nigéria, Angola e Moçambique já acordados); ou, no caso de droga combinada de dois produtos transferida para Índia, um dos produtos terá base de produção nacional por um período de 5 anos (contrato negociado em apreciação jurídica). Outra linha de atuação neste sentido é a Pesquisa e Desenvolvimento na área de bioprodutos e de fitomedicamentos. Pode-se dar desenvolvimento próprio com patentes de bioprodutos licenciados para produtores locais (velas de andiroba; BTI - larvicida para aedes sp.) ou com fitomedicamentos em desenvolvimento: fisalinas (imunomoduladores); der. Echinodorus sp (antihipertensivo); der. Aroeira (anti-inflamatórios), entre outros. São muitas as oportunidades de Farmanguinhos como estímulo à indústria de fármacos que produz em território nacional. É importante ressaltar os estudos e projetos estratégicos para a produção nacional de fármacos: participação direta no estudo enviado à Petroquisa/Petrobrás, envolvendo a viabilidade técnico-financeira da implantação do complexo para a produção de intermediários de síntese e levantamento de todas as empresas farmoquímicas nacionais, com dados gerenciais, tecnológicos, etc. Mas entre todas as linhas de estímulo citadas destaco, no entanto, a escolha de parceiros para compra de serviços dentro da cadeia de produção de medicamentos. Em 2006, Farmanguinhos identificou um grave problema no suprimento de princípios ativos a tempo e com qualidade como seu principal desafio gerencial. Esse problema precisou ser solucionado com uma forte parceria estratégica com as farmoquímicas nacionais. Por essa razão, o instituto se filiou à ABIFINA e desenvolveu profícuo trabalho sob a competente liderança desta entidade. A inovação no sistema de compras de princípios ativos em Farmanguinhos demonstrou ser um “ovo de Colombo”, pois afinal é sabido que o princípio ativo não é um “commodity”. O contrato de serviço de produção com fornecimento permite a customização, a rastreabilidade, a certificação da ANVISA e internacional dos produtos como genéricos e ainda privilegia a produção local, gerando emprego e desenvolvimento real para o País.

***Em sua opinião quais os destaques da Portaria Interministerial no. 128, de 29 de junho de 2008?***

Na determinação das diretrizes para a contratação de fármacos e medicamentos pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), esta Portaria tem o mérito de estabelecer que, a fim de garantir o pleno atendimento de todas as exigências sanitárias nacionais nas aquisições de medicamentos acabados por entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, serão preferenciais as licitações de âmbito nacional. Outro destaque é que nas aquisições de medicamentos acabados, deverá estar prevista no instrumento convocatório a exigência de apresentação do certificado de registro do produto e do certificado de boas práticas de fabricação do produtor, emitidos pela ANVISA, bem como declaração do produtor, sujeita à comprovação, referente à origem do produto acabado e do insumo farmacêutico ativo que o compõe. Além disso, as aquisições de medicamento acabado patenteado no Brasil e não produzido em território brasileiro, após o terceiro ano de validade da patente, apenas poderão ocorrer quando a autoridade sanitária federal o considere imprescindível e seja demonstrado impedimento justificável à produção no País. Em relação à compra de fármacos, há grande avanço em definir que, em razão da singularidade, natureza e relevância da produção de medicamentos, os laboratórios oficiais de produção de medicamentos, em suas licitações, deverão, sempre que possível, contratar o serviço de customização e produção, devendo prever a exigência de que a empresa a ser contratada possua unidade fabril em território nacional, sob pena de desclassificação. Destaco também a questão da isonomia tributária nas licitações internacionais para aquisição de fármacos e medicamentos, considerando no preço do produto proveniente do estrangeiro, para efeito de julgamento das propostas todos os tributos que incidem em toda a cadeia produtiva e que oneram o preço final dos produtos fabricados no País, descontando-se os tributos pagos com internalização e comercialização do bem, quando for o caso. Estamos avançando a passos largos, garantindo uma competitividade leal e priorizando a Saúde Pública em detrimento das regras do mercado. Há de fato muito o que comemorar.

## GT de Saúde Humana

A ABIFINA esteve presente na 2ª Reunião Plenária do GT de Saúde Humana do Fórum de Competitividade de Biotecnologia, representada por Marcio Falci, diretor de Biolab-Sanus. O evento ocorrido em 18 de abril debateu o trabalho dos quatro subgrupos. Em Marcos Regulatórios viu-se a necessidade de harmonização entre as legislações nacionais e internacionais, no que concerne ao registro e às boas práticas de fabricação de biofármacos. Com relação à infra-estrutura foi sugerido um levantamento das necessidades de infra-estrutura de serviços do setor produtivo, com vistas ao suprimento das lacunas estruturais.

No subgrupo Recursos Humanos, foi sugerida uma política de forte estímulo às ICTs e às empresas para adotar em seus quadros pós-doutorandos, uma vez que esse trabalho exige dedicação plena aos projetos.

Em Investimentos buscou-se uma proposta para se constituir um grupo de trabalho formado por representantes do subgrupo e da Finep visando à melhoria e à qualidade, volume de investimentos e regularidade dos investimentos nas linhas de financiamentos disponíveis, bem como a adoção de novos mecanismos e critérios para financiamento não-reembolsável de pesquisas no âmbito das empresas, com e sem intermediação de ICTs.

## Biotecnologia em debate



O Comitê Gestor do Fundo Setorial de Biotecnologia reuniu-se em abril para analisar propostas de ações verticais, isto é, propostas a serem financiadas apenas com recursos do próprio Fundo.

O vice-presidente de Estudos e Planejamento da ABIFINA, Marcos Oliveira, esteve presente no evento representando o setor privado.

Na ocasião o MCT apresentou sete propostas, sendo apenas duas com enfoque em produtos e processos. Enquanto isso a ABIFINA apresentou sete projetos e comprometeu-se enviar mais três, todos objetivando produtos e processos de base biotecnológica. Mesmo em caráter preliminar os projetos apresentados mostraram o forte interesse das indústrias no desenvolvimento de produtos de base biotecnológica.

## ABIFINA e Aenda rebatem especulações

A ABIFINA, representada por seu vice-presidente Luiz Guedes, participou da reunião organizada pela Aprosoja e pela CDSV/MT (Comissão de Defesa Vegetal de Mato Grosso) com as entidades representativas do setor agroquímico brasileiro e empresas produtoras de defensivos agrícolas à base de triazóis, em especial de Tebuconazol.

A postura dessas entidades com relação à eficácia desse tipo de defensivo acarretou novo encontro das empresas que elaboraram comunicado aos produtores de soja do estado do Mato Grosso para orientá-los a respeito da utilização do produto Tebuconazol no controle da doença ferrugem da soja.

O setor industrial reagiu através da ABIFINA e da Aenda divulgando comunicado onde esclareciam que o produto pode e deve ser utilizado conforme recomendação, e considerando as restrições mencionadas pela CDSV/MT imprudentes e questionáveis.



## 2º Fórum de Boas Práticas de Fabricação

A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, participou nos dias 8 e 9 de maio de reunião com Anvisa e empresas do setor farmacêutico, na sede do Sindusfarma, em São Paulo.

O encontro deu prosseguimento às atividades relacionadas ao 2º Fórum de Boas Práticas de Fabricação, a se realizar no período de 8 a 12 de setembro em São Paulo.

Esse evento contará com a participação de palestrantes internacionais de renome, um do FDA e outro do EMEA.

## Auditoria ambiental

A ABIFINA, em parceria com a Escola de Química da UFRJ, promoveu em sua sede o Curso de Extensão em Auditoria Ambiental.

O curso capacitou os alunos a desenvolver auditorias ambientais seguindo a legislação, cumprindo as normas (inclusive a ISO 14001), as resoluções e as determinações dos agentes públicos como Conama, órgãos ambientais, estaduais, municipais e o Ministério Público.

Esse é apenas o primeiro dos cursos que a entidade pretende realizar com essa nova parceira.

### Interesses empresariais brasileiros

A analista de Comércio Exterior da ABIFINA, Noemy Padilha, participou da reunião do Conselho Empresarial de Relações Internacionais da Firjan que se realizou no Rio de Janeiro.

O evento contou com a presença do embaixador Luiz Felipe Lampreia, e com a gerente executiva da Unidade de Negociações Internacionais da CNI, Soraya Rosar, que falou sobre “Os Interesses Empresariais Brasileiros na América do Sul”.

Segundo Soraya “as empresas industriais brasileiras não enfrentam dificuldades maiores nos países da região, mas sentem que seus ativos e operações estão ameaçados por medidas regulatórias e intervenções de governo. Não sentem necessidade do apoio de proteção ao investimento. Se este existir, ótimo, mas não é determinante na decisão de investir, inclusive no México. O mais importante são os acordos de tributação. Todos insistem que esse é o ponto chave que deve ser trabalhado na CNI”.

### Comsaúde

No final de abril as divisões setoriais do Comsaúde se reuniram no edifício sede da Fiesp que contou com o diretor da Biolab Sanus, Marcio Falci, representando a ABIFINA.

Foram estabelecidos a composição dos membros das divisões setoriais do Comsaúde e o calendário de reuniões de cada divisão setorial.

Discutiram-se modos de atuação com relação à inclusão do poder de compra do Estado como estímulo a indústria inovadora. A atuação do BNDES através do Profarma também esteve em pauta, assim como a atuação da Anvisa ficando decidido a manutenção de representante exercendo trabalho constante junto ao corpo técnico e diretivo da agência no sentido de melhor entender-se os problemas da mesma.

A idéia seria buscar maneiras de trabalho conjunto de apoio à agência regulatória para um melhor entrosamento do órgão com o setor industrial.

### ABIFINA ajudando o Comperj

O assessor especial da presidência da Petrobras, Vivaldo Barbosa, se reuniu mais uma vez com os dirigentes e associados da ABIFINA. O encontro foi realizado na sede da entidade e destinou-se a buscar formas para melhor expressar termos de referência para um estudo de viabilidade técnica e econômica que deverá ser internacionalmente licitado pela empresa estatal. O objetivo seria implantar projeto de unidades multipropósitos destinadas a atender necessidades da química fina nacional, em especial na área agroquímica e de fármacos. A equipe da Petrobras solicitou a participação da entidade e de seus associados no desenvolvimento dessas atividades, inclusive propiciando visitas de seus membros às empresas associadas da ABIFINA.

### Registro de Agrotóxicos

O curso “Treinamento de Instrução e Preparação de Documentação para Registro de Produtos Agrotóxicos, Componentes e Afins” organizado pela Íntegra Brasil e o Mapa, contou com a presença da gerente técnica Diva Arrepiá, representando a entidade. O curso foi ministrado pelo coordenador-geral de agrotóxicos e afins do ministério, Luis Rangel.

### Câmara Setorial de Medicamentos

O diretor de assuntos regulatórios de fármacos, Nicolau Lages, representou a ABIFINA durante a 5ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Medicamentos, realizada no início de maio.

Na ocasião foi apresentado pelo representante da Anvisa, Pedro Bernardo, um relatório sobre tributos que confirma a preocupação da ABIFINA. Houve preocupação dos presentes com o possível aumento da carga tributária na formulação da reforma tributária, principalmente, com a inclusão do PIS + Cofins no IVA-F.

Também entrou em debate a questão dos insumos onde a ABIFINA teve a chance de manifestar sua preocupação com a revisão da RDC-249, principalmente quanto à reformulação dos conceitos de Fórmula Padrão e Validação, aplicadas atualmente, de forma equivocada, na fabricação dos farmoquímicos.

### Biotransformação



Em abril, o auditório da ABIFINA recebeu a professora Elba Bon, do Laboratório de Tecnologia Enzimática do Instituto de Química da UFRJ, juntamente com Maria Antonieta Ferrara, de Farmanguinhos/Fiocruz, que fizeram uma palestra sobre a área de biotransformação. Segundo elas, essa técnica tem elevado potencial para substituir modificações moleculares usualmente feitas através de reações químicas, inclusive resoluções quirais.

## Política de Desenvolvimento Produtivo

A ABIFINA esteve presente durante o lançamento da Fase II da política industrial brasileira, representada pelo diretor de assuntos regulatórios de fármacos, Nicolau Lages.

Batizada de Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), essa fase beneficia mais de 20 setores da atividade econômica. Seu foco não está na densidade tecnológica, mas na massificação do investimento, da produção e das exportações como revelam as suas macrometas: elevar os investimentos de 17,6 para 21% do PIB, elevar as exportações de US\$ 160 para 208 bilhões, aumentar em 10% o número de pequenas empresas exportadoras e elevar o gasto privado em pesquisa de 0,51% do PIB para 0,65% do PIB.

A principal alavanca financeira da nova política são os empréstimos do BNDES, algo em torno de R\$ 210 bilhões para os próximos quatro anos. As desonerações fiscais, estimadas em R\$ 21,4 bilhões para o mesmo período estão sendo vistas como uma compensação aos setores exportadores pela evidente defasagem cambial que está prejudicando a competitividade dos produtos brasileiros.

### Insumos Agropecuários

O diretor de assuntos regulatórios de agroquímicos da ABIFINA, Arnaldo Massariol, representou a entidade na reunião da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA), ocorrida em Brasília.

O encontro debateu o mercado de defensivos mostrando o aumento de 15% em reais de janeiro a abril de 2008. O crescimento ocorreu para todas as classes de produtos (herbicidas, inseticidas e fungicidas) e nas principais culturas, com destaque para soja, milho, feijão, cana-de-açúcar, e hortifrutí em geral.

Outro aspecto em questão foi a elevada preocupação de todos os integrantes da CTIA quanto à prorrogação do Convênio ICMS 100/97. Esse convênio reduz a carga tributária dos insumos essenciais para a produção de alimentos.

Havia sido acordado em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que o convênio seria prorrogado até 31/12/2008. Entretanto, apesar da concordância do secretário da Fazenda do Estado do Mato Grosso, esse estado publicou decreto rejeitando a prorrogação. Pelo Convênio ICMS 100/97 tem-se aplicado alíquota zero para os produtos indicados no mesmo. Em face da insegurança da situação decidiu-se por manifestação da CTIA junto às autoridades competentes para manter a vigência do convênio até que uma reforma fiscal efetiva contemple o setor agropecuário de forma diferenciada.

### Gecis

O Comitê Farmoquímico da ABIFINA originou idéia que culminou no decreto publicado no DOU do dia 13/5/08 criando, no âmbito do Ministério da Saúde, o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis).

Esse órgão promoverá ações concretas visando à definição e implantação do marco regulatório brasileiro referente à estratégia de desenvolvimento do governo federal para a área da saúde. Tudo de acordo com as diretrizes das políticas nacionais de fortalecimento do complexo produtivo e de inovação em saúde.



## ABIFINA lança nova marca e campanha institucional



Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

Como marco da passagem da maturidade da associação que completa 22 anos em junho, a ABIFINA reformulou sua identidade visual e lançou campanha de comunicação sobre os temas abordados pela entidade na promoção do desenvolvimento industrial brasileiro na área de química fina, da biotecnologia e suas especialidades.

Coordenada pela Gerência de Comunicação Institucional e desenvolvida pela agência corporativa Scriptorio - que nos últimos dois anos responde pelas reformulações na comunicação da associação - a criação da nova marca visa à atualização da imagem institucional, fazendo uso de elementos visuais do segmento e de tipografia mais forte e marcante.

De acordo com Claudia Craveiro, Gerente de Comunicação da entidade, a assinatura proposta para a campanha **Formulamos soluções para o Brasil do futuro** resumiu muito bem a contribuição da associação para o debate e articulação de temas que são caros não somente a seus associados, mas a toda sociedade brasileira.

A campanha inicialmente será veiculada em veículos segmentados e já pode ser conferida nas páginas desta edição. O lançamento oficial da nova marca e da campanha acontece no III SIPID - Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento, realizado anualmente pela ABIFINA, que chega a sua terceira edição consolidado no calendário de eventos que contribuem para o avanço das discussões que são relevantes para o desenvolvimento industrial brasileiro.

## FCE Pharma 2008 e Prêmio Febrafarma

A FCE Pharma 2008, feira para o Setor Farmacêutico da América Latina ocorreu entre os dias 27 e 29 de maio, no Transamérica Expo Center, em São Paulo. O evento mostrou as novidades em tecnologia para matérias-primas, embalagens, máquinas, equipamentos e prestação de serviços para um público de mais de 20 mil visitantes.

A ABIFINA esteve no evento representada pela gerente de administração e comunicação institucional Claudia Craveiro e pelo conselheiro Lelio Maçaira que fizeram vários contatos com objetivo de futuramente inserir a participação institucional da ABIFINA, juntamente com seus associados, em feiras de relevância para os segmentos cobertos pela entidade.

Em paralelo à feira, a novidade desse ano foi a introdução de seminários temáticos. O vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, na companhia do também vice-presidente Alberto Ramy Mansur, do Diretor do Departamento Farmacêutico do BNDES, Pedro Palmeira, e do Chefe do Departamento de Acesso a Medicamentos do Ministério da Saúde, Dirceu Barbano, constituíram uma mesa-redonda destinada a debater o tema "A produção de IFAs no Cone Sul – importância e possibilidades"

Como ocorre anualmente, na 1ª noite do evento realizou-se a entrega do Prêmio Qualidade Febrafarma 2008, no HSBC Brasil, com a presença de cerca de duas mil pessoas, entre fornecedores, representantes de laboratórios e imprensa. No evento, foram anunciados 26 vencedores.

Dentre os associados da ABIFINA, foram premiadas as seguintes empresas nas categorias abaixo: (1) Matéria-prima, Corn Products Brasil Ingredientes Industriais Ltda, (2) Fabricantes de Fármacos Nacionais - Nortec Química S.A. (3) Indústria Farmacêutica - Classe Especial - Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A e EMS S/A - Grupo EMS Sigma Pharma.



Nelson Brasil, Pedro Palmeira, Dirceu Barbano, Alberto Ramy Mansur na mesa-redonda no Congresso



Telma Salles recebendo o Prêmio Febrafarma



Marcus Serralheiro, da Nortec, recebendo o Prêmio Febrafarma

## Ministro da Saúde agradece



Senhor Vice-Presidente,

Ao registrar o recebimento do último exemplar da revista FACTO ABIFINA, que agradeço, cumprimento o corpo administrativo dessa renomada empresa pelo interesse na adoção de medidas que visam ao aprimoramento da área da saúde pública brasileira.

Atenciosamente,  
José Gomes Temporão

## Seminário sobre agrotóxicos

A ABIFINA patrocinou a 6ª edição do Encontro de Fiscalização e o Seminário Nacional sobre Agrotóxicos, realizado em Belém, nos dias 10 a 13 de junho.

O encontro é realizado anualmente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em parceria com órgãos estaduais de Defesa Fitossanitária.

Este ano o objetivo do evento foi discutir aspectos legislativos pertinentes ao desenvolvimento e utilização de agrotóxicos no Brasil. A gerente técnica Diva Arrepia esteve presente ao evento.

## Curso de patente

No período de 26 a 29 de maio a ABIFINA realizou mais uma etapa do curso "Informação Básica em Propriedade Intelectual". Dessa vez a cidade escolhida foi Campinas.

O curso reuniu 20 participantes, sendo representantes da indústria, alunos da Unicamp e pesquisadores da Inova. O curso recebeu apoio financeiro do MCT e contou com o apoio institucional da Unicamp.



.....

FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

## INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

*Componente Obrigatório*

.....

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, sabe que no Brasil, o único país do mundo com possibilidade de expansão de área de agricultura, é imprescindível uma indústria de defensivos agrícolas cada vez mais forte. Por isso, a necessidade de uma política agrícola bem definida quanto ao financiamento da produção e da comercialização da safra, e também quanto à propriedade intelectual e aos instrumentos de proteção aos investimentos industriais locais. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site [www.abifina.org.br](http://www.abifina.org.br)

SOBERANIA É PRODUZIR.



**ABIFINA**  
FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •  
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos

# O desafio tem o tamanho da oportunidade

Em 5 de junho comemora-se o Dia Mundial do Meio Ambiente. Este ano no Brasil, a data foi comemorada com o lançamento pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília, de várias medidas na área ambiental. Entre elas a criação de três unidades de conservação (UCs) na região Amazônica - as Reservas Extrativistas do Rio Xingu (PA) e de Ituxi (AM) e o Parque Nacional de Matinguari (AM) - e o encaminhamento, ao Congresso Nacional, da proposta de Projeto de Lei que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

O fato é que, a despeito de termos a maior biodiversidade do mundo, não parece que temos muito que comemorar. O acesso a este patrimônio ambiental ainda não foi regulamentado de forma a gerar riqueza o desenvolvimento para o País. Talvez por uma limitada visão exclusivamente preservacionista, ainda não tenhamos incorporado um planejamento para ocupação sustentável dos nossos biomas e a inclusão destes sistemas ao processo produtivo brasileiro. Essa falta de coragem de enfrentar o que talvez seja o maior desafio de gestão dos Governos Federal, Estaduais e Municipais acaba abrindo espaço para críticas daqueles que adorariam ser tutores do que gostam de chamar de “patrimônio da humanidade”. E abre espaço também para a ilegalidade e o desrespeito ao meio ambiente e à rica sociobiodiversidade representada por mais de 200 povos indígenas e uma diversidade de comunidades regionais (quilombolas, caiçaras, seringueiros, entre outros) que reúnem um inestimável acervo de conhecimentos tradicionais. A verdade é que nossa

biodiversidade tem ocupado as páginas dos jornais por motivos que nos envergonham como o desmatamento ilegal e conflitos entre índios e latifundiários, gerando uma preocupação internacional sobre se seremos ou não competentes o bastante para preservar e gerir tamanha riqueza.

## A maior biodiversidade do planeta

Apesar da Amazônia ser a grande vitrine ambiental do Brasil, é importante lembrar que temos uma área de 8,5 milhões km<sup>2</sup>, ocupando quase a metade da América do Sul. Essa área possui várias zonas climáticas que incluem o trópico úmido no norte, o semi-árido no nordeste e áreas temperadas no sul. As diferenças climáticas contribuem para as diferenças ecológicas formando zonas biogeográficas distintas chamadas biomas. A maior floresta tropical úmida (Floresta Amazônica), com mais de 30 mil espécies vegetais, e a maior planície inundável (o Pantanal) do mundo se encontram nesses

biomas, além do Cerrado (savanas e bosques), da Caatinga (florestas semi-áridas) e da Mata Atlântica (floresta tropical pluvial). O Brasil possui também uma costa marinha de 3,5 milhões km<sup>2</sup> com uma variedade de ecossistemas que incluem recifes de corais, dunas, manguezais, lagoas, estuários e pântanos. É esta variedade de biomas que reflete a riqueza da flora e fauna brasileiras, tornando-as as mais diversas do mundo, com mais de 20% do número total de espécies do planeta. Por este motivo, o Brasil é o principal país dentre os chamados países megadiversos. Muitas das espécies brasileiras são exclusivas (endêmicas) e diversas espécies de plantas de importância econômica mundial são originárias do Brasil, destacando-se dentre elas o abacaxi, o amendoim, a castanha do Brasil (também conhecida como castanha do Pará), a mandioca, o caju e a carnaúba.

A Constituição Brasileira assegura que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, além de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

“A saída é explorar efetivamente a biodiversidade de maneira responsável. É incorporar a floresta e os recursos naturais a partir daquilo que eles podem dar sem serem feridos de morte. Tornar a biodiversidade produtiva não é apenas uma questão de competitividade no cenário internacional, mas é também uma questão de soberania”.

Raul Jungmann

## A floresta produtiva

O País tem enfrentado enormes desafios na área de preservação ambiental que, no entanto, não são menores do que o de elaborar um projeto para incorporar a floresta à atividade produtiva. De acordo com o deputado federal Raul Jungmann - que foi Presidente do Ibama e Ministro do Desenvolvimento Agrário no Governo Fernando Henrique Cardoso e atualmente integra diversas comissões técnicas da Câmara, entre elas Relações Exteriores e Defesa Nacional - os episódios recorrentes a respeito do desmatamento da floresta têm como pano de fundo a ausência de um projeto sustentado de incorporação do território à produção. “O modo de produção que está implantado atualmente na Amazônia não é sustentável e precisa ser radicalmente modificado. A gravidade da questão tende a se acentuar em função de três aspectos: o primeiro é o crescimento do País, pois é inexorável que os conflitos se ampliem já que a tendência é que o capitalismo brasileiro busque incorporar cada vez mais este território à produção; o segundo é que o Brasil caminha para se tornar uma nação bioceânica, ou seja, com o transporte, com a abertura de vias que ligam o leste, o oeste, o norte e o sul, com saídas através do Peru, da Venezuela e da Guiana, terminará o isolamento deste território; e o terceiro é o dilema cultural, porque a civilização que deu certo no País - melhor representada pelo Sudeste e Sul - é essencialmente urbana e industrial”, explica. “A saída é explorar efetivamente a biodiversidade de maneira responsável. É incorporar a floresta e os recursos naturais a partir daquilo que eles podem dar sem serem feridos de morte. Tornar a biodiversidade produtiva não é apenas uma questão de competitividade no cenário internacional, mas é também uma questão de soberania”. Na opinião do deputado, o Brasil precisa apresentar com urgência um projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia ou corre o risco de ver sua soberania questionada. “Lembro a frase de Giorgio Napolitano, um socialista italiano: nós nos globalizamos ou seremos globalizados”. Jungmann quer dizer que a questão da Amazônia está colocada para o mundo como uma questão global. “Ou o Brasil se antecipa com soluções ou a tendência é que haja um questionamento

Na verdade, a biodiversidade é potencialmente uma grande fornecedora de modelos de novas moléculas para síntese. Não é a busca por fitoterápicos que move o mundo científico, mas sim a busca destes modelos para síntese.

*Dante Alario*

sobre a tutela jurídica da região. Cidadãos do primeiro mundo vêm a Amazônia em relação direta com o futuro dos seus filhos e netos. Temos que demonstrar que somos capazes de gerir este patrimônio”, afirma.

Para o deputado, a gestão sustentável da Amazônia passa por uma modelagem de financiamento e subsídios, pela indicação de oportunidades definindo o que é possível fazer sem afetar a floresta, pela conclusão de um zoneamento agroecológico e a sua obediência a esse respeito, em resumo, uma maior presença do Estado, inclusive em medidas de fiscalização, mas não somente isso. “Precisamos de mais objetivos e propósitos definidos efetivamente pelo governo brasileiro”, conclui.

### O desafio de determinar regras ao acesso

O governo federal reeditou no dia 25 de maio a Medida Provisória que estabelece regras para o acesso ao patrimônio genético brasileiro. Além de estabelecer o conceito de patrimônio genético e regular a bioprospecção como atividade exploratória de uso potencialmente comercial, a MP 2.126-12 criou o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. A sua efetiva instalação, no entanto, depende de um decreto que regulamente a medida provisória até o fim do ano. Até lá, continua a polêmica entre pesquisadores, que precisam de materiais genéticos para seus trabalhos, e entre as iniciativas contra a biopirataria e de defesa da propriedade intelectual de comunidades com direitos difusos.

Pela segunda vez, o governo federal decidiu adiar o prazo referente ao fim da consulta pública ao anteprojeto de lei sobre Acesso a Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Repartição de Benefícios. Inicialmente marcado para o dia 28 de fevereiro, o fim do prazo foi transferido para o dia 13 de abril e mais uma vez para

o dia 13 de julho. As sugestões servirão de base à proposta que irá substituir a atual Medida Provisória 2.186-16 de 2001, e que tem por objetivo aprimorar a legislação no que se refere à pesquisa e bioprospecção, estabelecendo mecanismos para a repartição de benefícios com as comunidades indígenas e tradicionais.

Entre as inovações propostas pelo anteprojeto está o estabelecimento de um tratamento abrangente e unificado à questão do acesso e à repartição de benefícios, estimulando seu uso ético e sustentável. Para isso, vai assegurar a definição de regras claras e garantir segurança jurídica para o uso dos recursos genéticos e seus derivados e dos conhecimentos tradicionais associados, fazendo com que diminuam os custos de transação e elimine várias etapas da burocracia.

O Ministério da Ciência e Tecnologia revela que 80% dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento na área de fármacos está concentrado nos sete países mais ricos do mundo. Parte da matéria-prima utilizada pela indústria de fármacos é formada por recursos genéticos colhidos no Brasil, especialmente na Amazônia. A conservação dos recursos genéticos do planeta, bem como sua exploração sustentável é tão importante que em vários países do mundo estão sendo criados programas de bioprospecção, integrando universidades, institutos de pesquisas e a indústria farmacêutica para descobrir e desenvolver novos fármacos.

### Biopirataria e outros fantasmas

Os maiores conglomerados farmacêuticos procuram novos compostos moldados pela natureza por milhões de anos de evolução deste vasto “laboratório” de espécies. Dante Alario, Presidente da Biolab, gostou de ouvir as palavras do novo Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, no que diz respeito a maior rigor

com menos burocracia no acesso à biodiversidade brasileira. Na opinião do empresário, este acesso precisa ser ágil para corresponder ao ritmo da indústria, que vive de oportunidades que podem expirar junto com os longos prazos para se conseguir uma licença no Brasil. “Não há dúvida que a indústria trabalha com uma visão de longo prazo, mas quando investimos em um produto é porque há uma demanda e o tempo de desenvolvimento de um produto farmacêutico leva no mínimo cinco anos. Portanto, não podemos ter a burocracia alongando ainda mais este período”.

Dante lembra também que no Brasil, diferente de outros países, não é possível patentear uma planta, pois aqui só patenteamos invenções e não descobertas. Quanto ao risco de biopirataria, no entanto, ele orienta que a idéia, disseminada entre a maioria das pessoas, de que isso acontece com o objetivo de plantio em escala em outros países é um pouco folclórica. “Com a descoberta de uma propriedade terapêutica em uma planta, o interessado busca identificar a molécula que provoca este efeito para que ela seja sintetizada. Na verdade, a biodiversidade é potencialmente uma grande fornecedora de modelos de novas moléculas para síntese. Não é a busca por fitoterápicos que move o mundo científico, mas sim a busca destes modelos para síntese. Afinal, ficou muito difícil fazer alguma coisa nova a partir de modelos químicos porque muito já foi feito, então, os cientistas se voltam para a biodiversidade. Uma vez sintetizada, a molécula pode ser patenteada sem nenhuma referência ao modelo de origem. Esta é a questão”.

Embora este seja o caminho de ponta no uso produtivo da biodiversidade, o Brasil tem poucos trabalhos neste sentido, mais restritos à academia, e mesmo em fitoterápicos não desponta em novos desenvolvimentos. “Na verdade, o Brasil segue a escola norte americana de medicina e ciências que não privilegia a questão fitoterápica. Nos Estados Unidos e também na maioria dos países da Europa, fitoterápico não é medicamento, então o cientista não tem interesse em desenvolver pesquisas deste tipo”, explica. “Temos excelentes profissionais que se dedicam ao tema no Brasil, mas só que comparativamente as necessidades e as oportunidades da nossa biodiversidade são poucas linhas de pesquisa e desenvolvimento. O mundo

todo está pesquisando novas moléculas a partir de modelos encontrados na natureza. Mas isso ainda é muito recente, porque a crise de novas moléculas começou agora. Não há ainda importantes conquistas nesse sentido, nem um país que seja a vanguarda deste processo, mas todos estão pesquisando”.

A Biolab comercializa um único fitoterápico, o Serenus, que tem registro desde 1936, antes das inúmeras exigências que existem hoje para a aprovação de um novo produto. O laboratório vem trabalhando com a biodiversidade, mas não voltada à produção de fitoterápicos. A mais promissora linha de pesquisa atualmente em curso no laboratório poderá significar a primeira molécula sintetizada no Brasil e garantir uma patente internacional. A molécula está presente em dois produtos que já estão na fase de ensaios pré-clínicos e provavelmente até o final deste ano já entrarão na fase clínica.

### De pulmão da humanidade a laboratório natural

Para Poliana Botelho, Vice-Presidente do Laboratório Simões dedicado à produção de fitoterápicos, a solução para a biodiversidade brasileira e especialmente para um projeto sustentável da Amazônia deve ser apontada por agentes dentro da própria região. “Minha impressão é que ficamos discutindo o destino da Amazônia, por exemplo, com um repertório de idéias dos grandes centros urbanos. Creio que a solução sobre a melhor forma de conciliar desenvolvimento para a região e preservação da floresta em pé tem mais chances de acontecer quando a população da região for ouvida e envolvida efetivamente nesta busca”, afir-

ma. Na opinião de Poliana, que também é Conselheira da Abifina, os altos custos da burocracia, além dos longos prazos de aprovação, impedem o mercado de fitoterápicos de se desenvolver no País. A consagração dos fitoterápicos como medicamentos pela Anvisa em 1996 abriu uma série de oportunidades para a indústria, mas por outro lado fez com que os produtos respondessem a uma legislação muito rigorosa. De acordo com Poliana, há a idéia de incorporar medicamentos fitoterápicos aos programas públicos de saúde através do SUS, o que seria um grande incentivo, mas é necessário que mais seja feito para apoiar esta indústria. “É positivo o governo federal demonstrar interesse no desenvolvimento desse segmento, mas se faz necessário e urgente um elenco de ações concretas, pois a atual regulamentação da Anvisa constitui uma ameaça à sobrevivência da indústria nacional de fitoterápicos, constituída principalmente por pequenas e médias empresas”. O problema maior, segundo Poliana, está no critério para a realização de testes. Embora reconheça a importância do controle de qualidade dos medicamentos, Poliana pondera que os fitoterápicos mais antigos já foram suficientemente testados pelo consumidor, o que deveria ser levado em consideração pela Anvisa. “Se nosso segmento for obrigado a realizar os testes extremamente onerosos que são exigidos para medicamentos alopáticos recentes, muitos produtos consagrados pelo uso tradicional acabarão saindo do mercado porque os fabricantes não têm condições de arcar com esse custo”. Em sua opinião, uma nova política para fitoterápicos e acesso à biodiversidade deve buscar uma solução para esse problema, seja flexibilizando

“Minha impressão é que ficamos discutindo o destino da Amazônia, por exemplo, com um repertório de idéias dos grandes centros urbanos. Creio que a solução sobre a melhor forma de conciliar desenvolvimento para a região e preservação da floresta em pé tem mais chances de acontecer quando a população da região for ouvida e envolvida efetivamente nesta busca”,

Poliana Botelho

Com o avanço do conhecimento e expectativas por biotecnologia e fitoterapia, houve um deslocamento gradual no conceito da região amazônica de pulmão da humanidade para laboratório natural - um número inimaginável de oportunidades está à espera de descoberta para a saúde e para o surgimento de uma indústria saudável”.

*Josimar Henrique da Silva*

as exigências, seja subsidiando os testes, porque “o fitoterápico é geralmente mais barato, produz menos efeitos colaterais e é tão eficiente quanto o medicamento alopático”. Na prática, as ervas medicinais mais conhecidas e seus produtos constituem uma forma de conhecimento tradicional profundamente enraizado no domínio público.

Os avanços ocorridos nas últimas décadas na biotecnologia e na engenharia genética abriram um novo horizonte de possibilidades para a exploração em escala industrial das substâncias, princípios ativos e, principalmente, informações genéticas contidas nos organismos vivos. Essas atividades já movimentam bilhões de dólares anualmente ao redor do mundo e podem ser de grande importância para o desenvolvimento econômico e social dos países detentores de megabiodiversidade, como o Brasil. Mas isto vai depender do que fizermos para preservar nossa biodiversidade, para gerir e ampliar o conhecimento e o acesso a ela, e para explorar de forma sustentável os seus produtos.

Josimar Henrique da Silva, Presidente do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Indústrias Farmacêuticas (Febrafarma) e Presidente da Hebron, um dos maiores laboratórios farmacêuticos do País dedicado a fitoterápicos, aponta para a necessidade de investir em pesquisa, educação e formação de especialistas para que o País não perca a batalha da biodiversidade. “Até recentemente, toda questão estava nas fronteiras físicas e territoriais. E ainda é o caso. Mas a Amazônia, agora, faz parte de um continente de oportunidades científicas e naturais que tememos perder porque não há no país um esforço concentrado em tornar nossos pesquisadores especialistas na biodiversidade brasileira. Com o avanço do conhecimento e expectativas por biotecnologia e fitoterapia, houve um deslocamento gradual no conceito da região amazônica

de pulmão da humanidade para laboratório natural - um número inimaginável de oportunidades está à espera de descoberta para a saúde e para o surgimento de uma indústria saudável”.

### O conhecimento como estratégia

O empresário, que também é Vice-presidente do Conselho da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (ALANAC), conta que a regulamentação atual inviabiliza o mapeamento das nossas espécies e a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. “Para entrar em uma reserva e estudar uma planta, do jeito que a legislação exige, é melhor desistir. Para ter uma idéia, o Hebron entrou com um recurso junto ao Ministério do Meio Ambiente para fazer uma incursão científica - veja bem, não estávamos pedindo para extrair nada - então, eles nos pediram um estudo antropológico da região. Isso é necessário em qualquer área, não precisa ser necessariamente de reserva. Apesar de parecer absurdo, contratamos o estudo e o antropólogo foi à sede da Funai apresentá-lo, porque se tratava de uma área indígena. Então, pela Funai o pesquisador foi orientado a procurar uma ONG Internacional instalada na região e pedir autorização para fazer a incursão. Veja a situação constrangedora que nos foi imposta: consultar uma ONG estrangeira, inclusive com reuniões conduzidas em inglês, para estudar uma planta da nossa própria biodiversidade. É uma situação que desafia o bom senso”. De acordo com o empresário, hoje existem mais de 1.000 ONGs estrangeiras vivendo na Amazônia Legal e há locais onde se precisa pedir autorização ou pelo menos comunicar a uma dessas ONGs para entrar. Já o cientista estrangeiro pode facilmente entrar no mesmo território como turista, sem estudo ou autorização especial, e levar a planta para seu país de ori-

gem sem passar por um rigoroso processo de fiscalização.

“A indústria farmacêutica instalada no Brasil está empenhada em oferecer à sociedade medicamentos eficientes, que elevem a qualidade de vida e a saúde da população, e ainda ajudem o país a fortalecer sua soberania. Não pode assim deixar de lado a responsabilidade de lutar pela preservação da floresta amazônica e pelo aproveitamento científico pela comunidade brasileira”, afirma o líder empresarial. E acrescenta: “vamos precisar de leis, mas principalmente de pesquisa, educação e formação de especialistas em biodiversidade brasileira”.

O ponto de vista de Josimar é compartilhado por pesquisadores que recentemente publicaram um documento sobre o tema no site da Academia Brasileira de Ciências. A proposta pretende salvar a Amazônia da devastação através da implantação de um pólo científico e tecnológico na região. Em dez anos, três institutos de pesquisa de ponta e duas universidades começariam a gerar conhecimento e riqueza a partir da biodiversidade local. De acordo com a geógrafa Bertha Becker, uma das maiores pensadoras vivas da questão amazônica, Carlos Nobre, climatologista do Inpe, o matemático Jacob Palis, presidente da Academia Brasileira de Ciências, o químico Hernan Chaimovich da USP, o biólogo Adalberto Val, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o geólogo Roberto D’Allagnol da Universidade Federal do Pará, a idéia viabiliza o desenvolvimento da região com a floresta de pé. Parece um caminho possível já que o sistema econômico em que vivemos hoje está baseado na revolução científico-tecnológica. As declarações de Bertha Becker explicam claramente porque não é possível ficar somente com uma política de áreas protegidas: primeiro, porque a floresta não está protegida de fato, segundo porque áreas protegidas não geram riqueza, desenvolvimento e empregos. Além disso, áreas protegidas não podem competir com a pecuária e a agricultura. Somente territórios que geram desenvolvimento real têm força para isso. Agora é importante lembrar que não é preciso destruir para desenvolver. O documento que formaliza a proposta dos cientistas está nas mãos do Ministro de Assuntos Estratégicos Mangabeira Unger. Basta torcer para que o Governo mantenha uma profunda reflexão sobre tema que é tão caro a todo planeta.

# A fome e o canavial

Marcos Oliveira  
Vice-Presidente de Estudos e Planejamento da ABIFINA

**“Alimentos estão sendo transformados de alguma coisa que se cultiva para comer em alguma coisa que se compra, vende e manipula.”**

*René Dumont*



Morreram milhares de africanos antes que a morte dos primeiros americanos e europeus vitimados pela Aids despertasse o Ocidente para a gravidade do problema e que a comunidade científica e, a seguir a industrial, se lançassem em busca de uma solução para conter a disseminação e a mortalidade causada pelo vírus.

Há anos que milhares de pobres nas nações periféricas, sobretudo da África, morrem de desnutrição e fome, mas somente quando o crescimento da desigualdade nos EUA agravou o problema da desnutrição local e fatores conjunturais elevaram o custo da alimentação para os países centrais é que a questão da disponibilidade de alimentos alcançou as manchetes da grande imprensa e começou-se a discutir o problema com uma menor dose de hipocrisia.

O fantasma da fome deixou de assombrar apenas o Burundi, Rwanda ou Bangladesh. Reapareceu nas classes menos favorecidas dos países ociden-

tais, e a possibilidade do surgimento de instabilidades sociais acendeu um sinal amarelo na sala dos governantes. Agitações já começaram a pipocar, como sempre na periferia. Em abril deste ano, Jacques Diouf, diretor geral da FAO afirmou que motins da fome não tardariam a surgir. Manifestações de rua já estão acontecendo nas grandes cidades de Camarões, Abidjã, Egito e Senegal. Na Mauritània a segurança alimentar não ultrapassa 30% segundo advertência do Programa Alimentar Mundial (PAM) e são previsíveis as agitações e os protestos. No México, o presidente Calderón lançou um novo programa, o Vivir Mejor que vai dar ajuda em dinheiro para compensar a alta dos alimentos. Em muitos países do sudeste da Ásia, que têm no arroz seu alimento básico, a situação de abastecimento está longe de ser tranquila.

Nos EUA, o órgão do Congresso que cuida do orçamento previu que, em 2009, os americanos que recebem ajuda alimentar do governo através do selo alimentar (food stamp) chegarão a 28 milhões e o orçamento para o programa alimentar, cerca de US\$ 300 bilhões em cinco anos, vai necessitar de pelo menos mais US\$ 10 bilhões anuais para dar conta do aumento do número de assistidos e dos níveis crescentes de preços dos alimentos. A cesta básica do programa teve um aumento de 6,5% nos últimos 12 meses.

Os culpados pela crise imediatamente começaram a surgir na grande imprensa: são os chineses e indianos cujas populações não param de crescer e que estão comendo mais e melhor, são os brasileiros que deixam de plantar alimentos para transformar o país em um imenso canavial, são os americanos que estão

desviando milho da cadeia alimentar para produzir álcool combustível, são os europeus que só pensam no biodiesel e estão usando óleos alimentares para isso, foi a seca na Austrália que reduziu a colheita de trigo, foram as inundações no sudeste da Ásia que diminuíram a oferta de arroz, foi o aumento do petróleo que encareceu o transporte, e por aí vai, que a lista é grande e diversificada.

Não se pode negar que fatores conjunturais estejam desempenhando um papel importante na crise de oferta e na conseqüente escalada dos preços dos alimentos observada ultimamente, mas seria má análise socioeconômica procurar apenas neles as causas do problema.

***Há inúmeros países, especialmente na África, cujas economias dependem inteiramente da exportação de um ou dois produtos agrícolas***

Há que se olhar para a evolução estrutural do sistema de produção de alimentos que conforma o pano de fundo sobre o qual atuam os fatores conjunturais.

Desequilíbrios na oferta-demanda de alimentos causados por fatores conjunturais não são uma novidade na história da humanidade, mas para além de medidas de curto prazo, o que importa saber é que estrutura de produção agrícola é mais conveniente para reduzir os efeitos de eventuais condições adversas. Historicamente, cada núcleo populacional procurou estabelecer suas fontes próprias de produção de alimentos ficando o recurso ao comércio internacional relegado a uma função complementar. Nem mesmo o processo de urbanização que se acelerou acentuadamente nos tempos modernos foi capaz de alterar substancialmente esse quadro. É claro que a expansão colonialista européia introduziu um componente novo, a produção de alimentos nas colônias, mas esse foi um fenômeno que teve maior significado nos primeiros tempos da era colonial e muito especialmente para a Inglaterra em função de suas limitações insulares que contrastavam com a vastidão dos espaços na América do Norte, Nova Zelândia e Austrália. De forma geral, a segurança alimentar da Europa era razoavelmente balanceada entre a produção local e as importações, que tradicionalmente provinham de regiões próximas, da franja mediterrânea da África ou dos países de Leste europeu. O que se obtinha de mais importante das colônias eram especiarias ou matérias-primas, agrícolas ou minerais: algodão, linho, juta, açúcar, cacau, madeira, ferro, diamantes, ouro, cobre, estanho, guano etc., matérias-primas que foram se tornando cada vez mais importantes na medida em que a Europa, e depois os EUA, entravam aceleradamente na era industrial.

A utilização dos vastos espaços coloniais para a produção de matérias-primas necessárias ao esforço industrial ocidental introduziu um fator de desequilíbrio na segurança alimentar das colônias na medida em que as melhores terras eram destinadas a monoculturas de exportação, algodão, café, cacau, açúcar e que vastos ambientes naturais eram degradados pela exploração mineral. A agricultura para a produção de alimentos perdeu espaço, colocando em xeque a segurança alimentar de inúmeros países periféricos que passaram a depender de

importações para complementar suas necessidades.

Se esta transformação estrutural começou a ter efeitos no colonialismo tardio, a passagem para a fase neocolonialista, característica da primeira metade do século XX, não mudou o panorama e se agravou substancialmente na passagem para a era do pós-colonialismo em que vivemos, quando a governança global deixou de ser predicado exclusivo dos governos das nações em função do crescente poder das grandes empresas

***O problema mundial  
do abastecimento  
de alimentos tem  
raízes profundas  
numa estrutura  
excessivamente  
concentrada de  
distribuição e controle***

de atuação internacional.

Durante o período da 2ª Guerra Mundial, os EUA se tornaram o grande exportador mundial de alimentos e essa situação se prolongou pelo período do pós-guerra, na fase de reconstrução. Com o aumento da produtividade agrícola decorrente dos avanços tecnológicos da “revolução verde”, os EUA passaram a dispor de um excedente notável de alimentos que era necessário exportar. Ou se exportava ou se teria que diminuir a produção com o conseqüente desemprego interno.

Foi diante dessa promessa de abundância de alimentos gerada nos EUA que as instituições de Breton Woods, o FMI e o Banco Mundial, passaram a aviar uma receita de produção para os países periféricos: produzam matérias-primas úteis para a indústria que com a renda gerada

por suas exportações comprarão os alimentos de que precisam a preços convidativos, pois eles serão produzidos com o de melhor existe em tecnologia agrícola. Ao longo das últimas décadas essa receita foi seguida por um sem-número de países, com prejuízo notável para as culturas tradicionais de alimentação. Há inúmeros países, especialmente na África, cujas economias dependem inteiramente da exportação de um ou dois produtos agrícolas os quais ocuparam, senão todas, pelo menos as melhores terras antes dedicadas à produção local de alimentos. Segundo um relatório recente da ONU, 38 países em desenvolvimento dependem de um único produto de exportação para a geração de 50% do total de suas receitas externas.

A receita, aviada em função de uma superoferta existente nos anos 50 e 60, ganhou um reforço considerável com a ideologia neoliberal, que se tornou hegemônica a partir do início dos anos 80. Diante da vitória da tese de que o mercado cuidaria de obter a melhor maneira de equilibrar oferta e demanda, toda uma série de macroestruturas de controle de produção e preços, o Acordo Internacional do Café, o do Trigo, o do Cacau, foi desmantelada. O mercado foi liberado da influência dos Estados para se tornar refém dos interesses das grandes empresas responsáveis pelos fluxos de comércio internacional.

No último relatório anual do Banco Mundial o erro dessa receita foi reconhecido, mas vai ser preciso algum tempo e muito sofrimento dos mais pobres para corrigir a situação. Com a falência do modelo neoliberal já se reconhece que a ação do Estado é imprescindível para sanar imperfeições de mercado e na questão da agricultura, de seus insumos e da comercialização de seus produtos, as imperfeições não são pequenas.

Elas começam com os pesados subsídios e as barreiras protecionistas impostas pelos países centrais dirigidas especialmente para os produtos tropicais, algodão, açúcar, suco de laranja etc. e se espraiam pela pesada concentração existente na produção e distribuição de insumos para finalizar na comercialização da produção. Há uma grande controvérsia acadêmica a respeito da oli-

gopolização mundial das commodities agrícolas, mas nenhuma dúvida quanto à enorme concentração alcançada pelo setor. Nas “commodities” alimentares, cerca de 60% do comércio internacional é realizado por um punhado de empresas multinacionais. Por exemplo, apenas quatro grandes empresas controlam 60% do comércio internacional de café, três empresas são responsáveis pelo comércio internacional de chá, duas companhias dominam 50% do comércio internacional de bananas. Em 2002, apenas duas companhias controlavam 75% do comércio internacional de grãos.

No caso dos insumos o panorama não é diferente: seis companhias controlam cerca de 80% do comércio mundial de pesticidas e no setor de sementes o controle é exercido por não mais do que três empresas. Em fertilizantes a concentração é menor, mas ainda assim bastante expressiva, especialmente em potássio.

Dizer que a expansão dos canaviais brasileiros ou a expansão do uso da soja para biodiesel seriam os responsáveis pelo aumento do preço dos alimentos do mundo beira o ridículo e já surgiram explicações suficientes para mostrar que o Brasil tem áreas agriculturáveis de dimensão suficiente para aumentar a produção de biocombustíveis sem afetar sua produção de alimentos.

O problema mundial do abastecimento de alimentos tem raízes pro-

fundas numa estrutura excessivamente concentrada de distribuição e controle, seja de insumos seja de produtos e aparentemente o fator conjuntural mais importante para deflagrar a atual crise de preços foi financeiro, o elevado nível de especulação com commodities agrícolas. Há poucos dias noticiou-se que cerca de 40% dos contratos futuros lançados na Bolsa de Chicago estavam sendo adquiridos por fundos de pensão, num claro movimento de financeirização da produção agrícola. Alimentos estão passando de bens essenciais para ativos financeiros com os quais se especula, como previu René Dumont há mais de 30 anos. Uma operação de contrato futuro de soja ou trigo pode render ao especulador, em apenas um dia, mais que a renda do produtor que levou meses arando, semeando e colhendo.

Seja como for, a crise teve um efeito positivo, o de despertar consciências para as deficiências globais do sistema de produção agrícola. O Brasil pode não ser parte significativa do problema, mas se quiser ter papel influente na solução vai ter que pensar mais em medidas estruturantes do que paliativos para enfrentar problemas eventuais. Temos condições básicas – água, terra, sol – excelentes para aumentar em muito nossa produção agrícola, seja de “cash-crops”, seja de alimentos, mas para alcançar um equilíbrio adequado entre ganhos

financeiros e necessidades sociais o governo vai ter que intervir para reduzir a influência das imperfeições de mercado que hoje existem e isto passa por mudar a agenda das discussões sobre o problema agrícola. Até agora essa agenda incorpora, basicamente, a remoção de gargalos e óbices do interesse dos controladores dos fluxos de exportação e dos fornecedores de insumos, como melhoria de portos e corredores de exportação, aprovação da comercialização de sementes transgênicas e plantas geneticamente modificadas para resistir a produtos específicos e assim por diante. O Brasil tem uma área de assentamentos quase igual à área de cultivo agrícola extensivo mas que hoje é extremamente improdutiva. Falta uma política adequada de suporte para permitir a atuação eficiente do pequeno produtor, que sabidamente tem uma importância crucial na produção de alimentos.

Permitir que fatores básicos de produção, como a terra, por exemplo, passem para a mão de estrangeiros, como vem acontecendo, é perder controle sobre o direcionamento da produção e alimentar a grilagem e a especulação, que vem se acelerando no Centro-Oeste e na Amazônia. Limitar a produção de biocombustíveis usando como matérias-primas soja e açúcar de cana é um erro. Há que se ganhar produtividade através do uso de material celulósico para a produção de álcool e as pesquisas neste sentido, no Brasil, andam meio atrasadas em relação ao resto do mundo.

O Estado tem total condição de aumentar a produção e oferta de fertilizantes e de apoiar a produção nacional de sementes e defensivos agrícolas, reduzindo as pressões de preço decorrentes da oligopolização desses mercados.

Se for preciso um argumento monetarista para realçar a necessidade de aumentar a oferta de alimentos basta dizer que 1/3 da atual inflação brasileira é decorrente do aumento do preço da cesta básica, do feijão com arroz nosso de cada dia.

Toda crise tem seu componente de oportunidade e esta não é diferente, resta saber se teremos a sabedoria para aproveitá-la.

***Por exemplo, apenas quatro grandes empresas controlam 60% do comércio internacional de café, três empresas são responsáveis pelo comércio internacional de chá, duas companhias dominam 50% do comércio internacional de bananas. Em 2002, apenas duas companhias controlavam 75% do comércio internacional de grãos.***



FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

# FABRICAÇÃO LOCAL

*Componente Obrigatório*

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, luta permanentemente por uma indústria nacional forte. Por uma política industrial comprometida com a inovação tecnológica, com os meios que conduzam produtos inovadores ao mercado e com o financiamento dos diversos setores produtivos do país. Porque só assim teremos uma economia independente, capaz de gerar empregos, inclusão social e riqueza. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site [www.abifina.org.br](http://www.abifina.org.br)

SOBERANIA É GERAR EMPREGOS.



## ABIFINA

FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •  
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos

### Bio-Manguinhos entra em fase de estudos clínicos dos imunizantes brasileiros contra meningococos B e C

As vacinas contra os meningococos B e C desenvolvidas por Bio-Manguinhos estão em fase de estudos clínicos.

Em meados deste ano, a vacina contra o meningococo B entra na Fase 2 de estudos clínicos, a ser realizada com crianças em centros de saúde do município do Rio de Janeiro e prevista para terminar em 2009. O objetivo é garantir a eficácia e segurança da vacina.

Bio-Manguinhos também realizou estudos clínicos para a vacina contra o meningococo C com trabalhadores adultos da Fiocruz. A expectativa é que a Fase I termine em 2008 e a segunda fase comece em 2009.

Existe ainda a perspectiva de unir as vacinas contra os sorogrupos B e C em um único produto e, possivelmente, combiná-las com a vacina contra Haemophilus influenzae tipo B (Hib).

Segundo o consultor científico do Instituto, Reinaldo de Menezes, "existem vacinas produzidas em outros países, mas os tipos e subtipos circulantes lá são diferentes dos que circulam no Brasil. A vacina de Bio-Manguinhos será feita sob medida para nossa população".

### Bio-Manguinhos desenvolve ações de responsabilidade ambiental

A otimização na oferta e o uso racional nas demandas das águas no Complexo Tecnológico de Vacinas de Bio-Manguinhos (CTV) é o objetivo do Programa de Uso Racional de Água do Instituto (Pura-Bio). O programa está concluindo os estudos conceituais para elaboração da especificação técnica que norteará a contratação do projeto executivo e incluirá, entre outras atividades, a setorização e medição do sistema de distribuição de

água e as análises de caracterização das águas para validar a possibilidade de re-úso das águas apontadas pelos estudos anteriores.

A água é elemento essencial para as atividades do Instituto e seu controle sistemático vai se traduzir em redução significativa de custos - economia de tempo, espaço e energia - e irá agregar valor aos produtos e aos profissionais de Bio.

Segundo Josmar Almeida, gerente do DEPEM, o Pura-Bio definirá que tipos de condicionamentos de água deverão ser feitos e onde ela poderá ser usada de forma segura. "A intenção é utilizar esse tipo de água para a reposição das torres de resfriamento, nos sanitários dos banheiros, até mesmo para regar jardins. Deixaríamos de usar água potável para essas finalidades", explica Josmar.

Em 2007, o Instituto consumiu cerca de 400 mil litros de água por dia, apenas no CTV. No final de 2009, estima-se que o consumo aumente para cerca de 815 mil litros de água por dia. Esse aumento de demanda é devido ao acelerado crescimento do Instituto, em especial à entrada em operação do Centro Integrado de Protótipos, Biofármacos e Reativos (CIPBR).

### Farmanguinhos e DNDi lançam medicamento contra a malária

O Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) e a Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi), lançaram em abril o ASMQ, uma nova combinação em dose fixa do artesunato (AS) e mefloquina (MQ) para o controle da malária.

O ASMQ simplifica o tratamento de adultos e crianças com uma dose diária de um a dois comprimidos por três dias, garantindo que os dois medicamentos sejam tomados juntos e na proporção correta.

O medicamento, já registrado e disponível no Brasil, é o primeiro ACT em dose fixa que pode ser armazenado por até três anos em clima tropical.

As autoridades brasileiras do Programa de Controle da Malária observaram, em resultados preliminares que, após um ano de tratamento de 17 mil pacientes

com ASMQ em uso programático, a nova formulação foi essencial para a redução dos casos de malária e do número de hospitalizações relacionadas à doença.

De acordo com o diretor de Farmanguinhos, Eduardo Costa, “este projeto demonstra que é possível desenvolver tecnologias inovadoras de P&D de medicamentos direcionadas para o social. Conseguimos compatibilizar estruturas diversas de diferentes países dentro de uma grande parceria público-privada intercontinental. E vamos transferir a tecnologia desse produto para um laboratório privado na Índia (Cipla)”, afirma Costa.

## Farmanguinhos recebe Unitaid

Farmanguinhos recebeu, em abril, a visita de membros do Conselho Executivo da Central Internacional de Compra de Medicamentos (Unitaid).

O grupo, composto por 13 pessoas, veio coordenado pelo médico brasileiro dr. Jorge Bermudez, e foi recebido pelo dr. Eduardo Costa, diretor de Farmanguinhos. O grupo assistiu à apresentação das atividades realizadas pela Unidade e conheceu a planta de produção da fábrica.

O objetivo da visita foi obter maiores informações sobre os medicamentos de combate à Aids, tuberculose e malária produzidos em Farmanguinhos.

A Unitaid é uma organização internacional que financia o tratamento e o diagnóstico da Aids, tuberculose e malária, especialmente no desenvolvimento e na redução de preços para medicamentos infantis.

## Aché lança novos canais de comunicação

A Aché está investindo na relação com os médicos. O laboratório, através da linha SNC, irá lançar duas publicações, uma voltada para o mercado de saúde mental e a outra com artigos multidisciplinares. O investimento total irá girar em torno de R\$ 600 mil.

O objetivo é virar referência na criação de um fórum de debates com credibilidade, incentivando a troca de experiências entre diversas especialidades médicas.

Segundo Manoel Nascimento, diretor da Unidade de Prescrição I, “tanto a revista Saúde Mental quanto o Jornal de Resenhas são vanguarda, pois não indicam medicamentos, mas discutem práticas da área de saúde”.

## Aché vence prêmio Ser Humano

O programa Aché Formare venceu o 14º Prêmio Ser Humano – Oswaldo Checchia, da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), na modalidade Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social, categoria Empresa.

O Aché Formare é realizado pela companhia em parceria com a Fundação Iochpe e transforma o espaço empresarial em oportunidades de ensino e aprendizagem.

Jovens que moram no município de Guarulhos, em situação de vulnerabilidade social e cursam o Ensino Médio na rede pública são selecionados e, durante um ano, participam de um curso de Educação Profissional ministrado pelos colaboradores do Aché. O curso, reconhecido pelo Ministério da Educação, confere aos participantes o certificado de Assistente de Produção Farmoquímica e Cosmética.

Neste ano, o Aché recebeu sua 4ª turma Aché Formare, com um diferencial: incluiu jovens com deficiência, em situação de dupla exclusão social.

## Cheminova abre duas novas filiais no Brasil

A Cheminova abriu duas novas filiais no Brasil, uma localizada em Goiânia, que atende a região Norte do país, e outra em Londrina, responsável pela região Sul. Cada filial terá sua diretoria comercial com equipe própria de vendas, desenvolvimento, marketing e crédito e cobrança.

## Cristália adota novo modelo de inovação tecnológica

Cristália é uma das empresas brasileiras a aplicar o conceito de inovação

aberta em seu trabalho de pesquisa e desenvolvimento.

O investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) fez o laboratório Cristália firmar parcerias com universidades como USP, Unicamp, UFRJ e Universidade Federal do Amazonas, além de Instituto Butantan, Far-Manguinhos e Santa Casa de São Paulo, por exemplo.

O laboratório tem mais de 25 projetos de pesquisa nesse modelo em andamento e avalia outros 14. Entre os temas estudados, pode-se destacar o desenvolvimento de dois anti-retrovirais, um anticoagulante e uma substância que poderá proteger o coração contra infartos.

O primeiro resultado de sucesso desse novo modelo foi o lançamento do medicamento contra disfunção erétil, o Helleva (carbonato de lodenafila), desenvolvido pelo laboratório brasileiro desde a criação da molécula, em parceria com diversas instituições.

“Temos oito patentes já concedidas no Brasil e no exterior e cerca de 60 pedidos de patentes apresentados aos órgãos competentes, alguns ainda em fase de sigilo”, conta o médico Ogarí Pacheco, presidente do Cristália. “Ao receber o Prêmio Finep de Inovação Tecnológica, em 2007, pudemos comemorar o reconhecimento desse esforço”, diz.

## Medley entra no mercado de fitomedicamento

A Medley faz seu primeiro investimento no mercado de fitomedicamento lançando o xarope expectorante Respiratus.

Ele foi desenvolvido a partir de princípios ativos, de extratos padronizados de plantas medicinais, com estudos clínicos de eficácia e segurança.

A empresa espera vender cerca de 240 mil unidades no primeiro ano, entrando na disputa por um mercado que fatura mais de US\$ 165 milhões por ano, com a classe terapêutica de expectorantes.

Os fitoterápicos movimentam US\$ 550 milhões anualmente e, segundo órgãos do setor, a previsão é a de que o faturamento ultrapasse a marca de US\$ 1 bilhão até 2010. Atualmente, os fitoterápicos representam cerca de 5% no faturamento do mercado farmacêutico brasileiro.

“É um mercado muito promissor e estamos confiantes no sucesso do produto”, destaca Ronaldo Lacerda, gerente de produtos da Medley.

### Medley esclarece sobre genéricos

Buscando esclarecer a população a Medley, realizará uma campanha no nordeste sobre a acessibilidade, eficácia, benefícios e segurança dos medicamentos genéricos. Mais de 500 mil folhetos explicativos serão distribuídos apresentando que os genéricos, aqueles cujas embalagens apresentam a letra G, têm a mesma qualidade e testes de bioequivalência que os de referência.

Essa decisão foi tomada baseada em recentes pesquisas apontando que a grande maioria dos medicamentos genéricos é consumida pelas classes A e B, justamente porque a outra parcela da população não conhece esta categoria de remédios. “Com a campanha pretendemos ampliar ainda mais o acesso à saúde, como também conscientizar as pessoas sobre a importância da orientação médica, a correta assistência farmacêutica e a qualidade de vida propiciada pelos genéricos”, destaca Marco Aurélio, gerente de genéricos da Medley.

### Eurofarma deposita a patente de seu primeiro produto de inovação radical

A Eurofarma, em parceria com a Univali, anunciou o depósito da patente de seu primeiro produto de inovação radical junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O medicamento é um fitoterápico oral com atividades analgésica e antiinflamatória, à base de extrato seco de folhas de *Aleurites moluccana*.

Segundo a empresa, o lançamento do novo fitomedicamento está previsto para 2012. Parte dos estudos pré-clínicos já foi concluída em modelos animais, demonstrando boa tolerabilidade e uma importante atividade contra a dor, febre e outros sinais inflamatórios.

Nos próximos dois anos o objetivo será concluir os estudos pré-clínicos, com destaque para a avaliação do perfil de segurança

do extrato padronizado de *A. moluccana*, além de preparar o caminho para o início dos estudos em humanos. As próximas fases incluem também os estudos para a produção dos comprimidos em escala industrial.

O projeto é fruto inicial do trinômio Eurofarma, Univali e Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), mas agora conta com o CNPq que aprovou complemento financeiro para que as próximas fases.

Segundo o diretor de Inovação da Eurofarma, Wolney Alonso, há outros projetos a caminho. “Este é apenas o primeiro de outros que também envolvem a biodiversidade brasileira. Além disso, estamos sempre em busca de novas parcerias junto a universidades e instituições para o desenvolvimento de pesquisas inovadoras no país”, afirma.

### Empresas associadas recebem Prêmio de Qualidade Febrafarma 2008

A premiação foi realizada no dia 27 de maio no HSBC Brasil e contou com a presença de cerca de duas mil pessoas, entre fornecedores, representantes de laboratórios e imprensa. No evento, foram anunciados 26 vencedores.

Quatro associados da ABIFINA foram contemplados com o Prêmio. Na categoria Matéria-prima, destacou-se a Corn Products Brasil Ingredientes Industriais Ltda. Na categoria Fabricantes de Fármacos Nacionais, a Nortec Química S.A. foi contemplada pela sétima vez consecutiva. Os laboratórios EMS S/A - Grupo EMS Sigma Pharma e Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A receberam o prêmio na categoria Indústria Farmacêutica - Classe Especial. A EMS recebe este prêmio pelo terceiro ano consecutivo.

A ABIFINA congratula seus associados por este reconhecimento público, estimando que a premiação seja um incentivo ao contínuo investimento em qualidade e tecnologia.

### EMS está entre as 100 melhores empresas em cidadania corporativa

A EMS, líder no mercado farmacêutico nacional, está entre “As 100 Melhores

Empresas em Cidadania Corporativa” do país, de acordo com pesquisa realizada pela Gestão & RH.

Nessa segunda edição da pesquisa, foram analisadas cerca de mil corporações dos setores industrial, comercial e de prestação de serviços que atuam na economia brasileira.

Contribuíram para a presença da EMS na premiação a política de incentivo à participação dos colaboradores em ações de responsabilidade social e a série de iniciativas voltadas à melhoria do ambiente de trabalho. A pesquisa também considerou o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado pela ISO 14001:2004, comprovando que o laboratório farmacêutico atua em conformidade com a legislação ambiental e adota procedimentos para proteger o meio ambiente e minimizar impactos ambientais.

“Para a EMS, é motivo de grande orgulho e satisfação figurar entre as melhores em cidadania corporativa. Esse prêmio é um reconhecimento da excelência das iniciativas da empresa voltadas ao desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e à formação de um ambiente de trabalho dinâmico e ativo”, diz Telma Salles, diretora de Relações Externas da indústria farmacêutica.

### EMS lança revista sobre saúde

Com o objetivo de estreitar o relacionamento com seus diversos públicos, a EMS lança a revista EMS Saúde, que alia informação e entretenimento.

A primeira edição da revista já está sendo distribuída para todo o país e traz em sua linha editorial novidades, tendências e curiosidades sobre medicina e saúde.

O novo veículo de comunicação tem periodicidade bimestral e tiragem de 70 mil exemplares.

“Muito mais do que uma revista com novidades e tendências do mercado farmacêutico, a EMS Saúde representa um novo e importante vínculo da empresa com seus clientes”, diz Telma Salles, diretora de Relações Externas do laboratório.

# ABIFINA comenta a notícia

## A Amazônia é nossa!

Istoé, 25/05/08



## É mesmo nossa?

Esta ampla reportagem de capa traz informações graves, mas que não são novas, e deixa de focar um aspecto de extrema relevância: apesar da retórica oficial, o governo brasileiro tem feito muito pouco em defesa da soberania nacional na Amazônia. Não há um planejamento estratégico de Estado nessa direção, mas apenas políticas setoriais desencontradas que acabam tendo pouco ou nenhum alcance. No que tange à exploração econômica da biodiversidade amazônica e ao aproveitamento do conhecimento tradicional de comunidades indígenas em benefício do País, mesmo quando conduzido por instituições públicas de pesquisa, os órgãos públicos frequentemente se perdem em intermináveis divergências que, somadas à burocracia, terminam por inviabilizar projetos responsáveis do ponto de vista social e ambiental. E o pior é que isto vale apenas para brasileiros, pois certas ONGs estrangeiras que atuam na Amazônia têm passe livre na região e nem de longe precisam enfrentar a mesma burocracia e outras barreiras institucionais para levar adiante seus empreendimentos.

## OMS reconhece direito à quebra de patente

Folha de São Paulo, 27/05/08



## A revalorização da vida

A aprovação pela OMS da proposta encabeçada pelo Brasil de se eleger a área da saúde como uma exceção ao sistema internacional de patentes, abrindo espaço para licenças compulsórias em casos de necessidade pública, foi comemorada como uma vitória política brasileira e dos países emergentes. É difícil entender, entretanto, que a simples aplicação de uma regra internacional que convém especialmente aos países em desenvolvimento mereça tal comemoração. A Organização

Mundial de Saúde nada mais fez do que, ao interpretar um dispositivo de TRIPS, valorizar a saúde e a vida como patrimônios maiores da humanidade. Por muito menos os Estados Unidos diariamente expropriam patentes, lançando mão apenas da sua lei anti-truste, e disso o mundo não faz alarde.

## Lei agrícola americana fecha ainda mais mercado de etanol

DCI, 23/05/08



## Protecionismo em alta

Os EUA, que sistematicamente acusam o Brasil de protecionismo nos fóruns internacionais de comércio, estão preses a aprovar uma nova lei agrícola para proteger ainda mais o seu pouco competitivo etanol de milho. Uma das medidas previstas é a extensão oficial, até 2010, da tarifa de importação de US\$ 0,54/galão sobre o etanol brasileiro. Se a lei passar no Congresso norte-americano como está, perdem não somente os exportadores brasileiros de etanol, mas também uma parcela considerável da própria população norte-americana, que pagará mais caro pelos alimentos, cuja produção vem sendo relegada a segundo plano em decorrência do predatório programa de etanol daquele país.

## Grupo do BRIC

O Globo Digital, 27/05/08



## Alvo errado

O ex-embaixador brasileiro Rubens Barbosa, hoje dirigente de comércio externo da FIESP, expressou nesse artigo sobre a evolução do grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) opinião daquela entidade, em repetitivo desalinho com a política de comércio exterior do governo Lula. A crítica ao manifesto empenho brasileiro em fortalecer e institucionalizar o BRIC, que o embaixador considerou uma atitude precipitada e ufanista, seria exatamente a mesma se estivéssemos tra-

tando de Doha (OMC). O que vemos hoje, em realidade, não é um enfoque mal feito sobre BRIC, mas sim uma ausência de entendimento no âmbito do comércio multilateral, por absoluta falta de vontade dos países do primeiro mundo para abrir o seu blindado mercado agrícola. Ocorre que BRIC somente terá espaço para evoluir na medida em que avance Doha. As críticas de quem realmente deseja a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro deveriam ser dirigidas aos países que não querem negociar seus mercados internos, e nunca aos países menos desenvolvidos que buscam espaços para crescer.

### **Política industrial e desenvolvimento**

*Valor Econômico, 23/05/08*



### **Ladainha neoliberal**

Agora que o Brasil retoma a rota do desenvolvimento econômico e, a despeito de imensas dificuldades estruturais, começa a apresentar bons resultados, era de se esperar que a ala neoliberal organizasse a torcida contrária. É bem este o espírito do artigo de Armando Castelar comentando a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) recentemente anunciada pelo presidente Lula. Afirmar que o debate sobre medidas específicas de política industrial “pode e deve fugir do ideológico” equivale ao absurdo de despolitizar a política, empreendimento no qual os economistas e acadêmicos neoliberais tiveram sucesso na década de 90 quando postulavam que não ter política industrial era “a melhor política industrial para o Brasil”. É taxar de incoerente a postura do governo brasileiro de subsidiar sua indústria quando condena os subsídios concedidos pelo primeiro mundo aos seus mercados agrícolas soa, no mínimo, como desconhecimento das regras mais elementares do jogo econômico. Como se trata de um professor de Economia, descartamos esta hipótese e concluímos que se trata apenas de um lapso, decorrente, por certo, da ideologia neoliberal que ultrapassa o artigo.

### **Grupo liderado pela Espanha pede nova política agrícola**

*DCI, 20/05/08*



### **UE dividida**

Espanha e França de um lado, Inglaterra e Suécia de outro. A Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia

tem sido foco de acirradas divergências, tendo como pano de fundo a crise mundial do preço dos alimentos. Países com forte setor agrícola, a Espanha e a França querem mais incentivos à produção de alimentos e o redirecionamento dos subsídios concedidos a biocombustíveis para matérias-primas não comestíveis. Já a Inglaterra e a Suécia defendem a liberalização das importações de produtos agrícolas. No calor do debate, a ONG Amigos da Terra aproveitou para insistir na falsa correlação entre produção de biocombustíveis e desmatamento na Amazônia - estimulada, obviamente, por interesses econômicos europeus que não querem ver o Brasil liderando a produção mundial nesse importante segmento.

### **Com Unasul, Brasil quer estabilidade entre vizinhos**

*O Estado de São Paulo, 23/05/08*



### **Equilibrando a balança**

A iniciativa do governo brasileiro de propor a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é louvável, pois a defasagem econômica entre o Brasil e as demais nações do Continente vem aumentando e não podemos repetir o erro histórico do isolacionismo praticado pelos EUA. O Brasil tem o dever de colaborar para o desenvolvimento das nações sul-americanas economicamente mais frágeis, até por uma questão de coerência, pois sempre fomos grandes contestadores das posições norte-americanas. É ajudando esses países que nós ajudaremos também a construir um futuro com menos desigualdades e mais harmonia deste lado da América. Vale enfatizar, como declarou o ministro Celso Amorim, que “generosidade não é ser bonzinho”; ou seja, que o Brasil não pretende cultivar uma relação paternalista com seus vizinhos, mas sim “ter uma visão do interesse nacional de longo prazo e uma ação que passe mais pela cooperação do que pela confrontação”.

.....

FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

# CADEIA PRODUTIVA DE FÁRMACOS E MEDICAMENTOS

*Componente Obrigatório*

.....

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, luta pela valorização dos fármacos e medicamentos fabricados no Brasil e pelo desenvolvimento da tecnologia nacional desta área. As compras governamentais representam um dos instrumentos mais importantes de apoio à política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Dar preferência a produtos nacionais é fortalecer a indústria nacional. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site [www.abifina.org.br](http://www.abifina.org.br)

SOBERANIA É TER SAÚDE.



**ABIFINA**  
FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •  
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos



**Unir forças  
é o princípio.**

**Com a ALANAC,  
sua empresa fica mais forte.**

**Com sua empresa,  
a ALANAC fica mais forte.**

**alanac** associação dos laboratórios  
farmacêuticos nacionais  
nacional, brasileira